

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

ATA Nº 049

PRESIDENTE - DEPUTADO JAJAH NEVES

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Senhoras e senhores, autoridades presentes, invocando a proteção de Deus, eu declaro aberta esta Audiência Pública para que possamos debater, discutir, entender uma questão latente, que é a situação das pessoas que vivem em situação de rua, e, acima de tudo, as políticas públicas de inclusão social para essas pessoas.

Fico feliz em ver esta Casa lotada para que possamos discutir e tratar, porque é um assunto tão relevante, tão importante, sobretudo, numa região Metropolitana, que tem que ter um olhar muito especial e atento voltado para essas pessoas.

Eu convido para compor o dispositivo a Sr^a Geissany Silva, Superintendente de Desapropriação da Secretaria de Estado de Cidades, representando o Secretário de Cidades do Estado de Mato Grosso, Wilson Santos, que em breve estará conosco nesta Audiência Pública; também convido o Dr. Mário Roberto Kono, Juiz de Direito Especial Criminal de Cuiabá; Dr^a Rosana Esteves Monteiro, Defensora Pública, neste ato representando o Dr. Sílvio Jefferson de Santana, Defensor Público Geral do Estado de Mato Grosso; Dr. Roberto Tadeu Vaz Curvo, Defensor Público, neste ato representando a Coordenadoria de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso; Maísa Souza Persona, Superintendente de Gestão, Programa de Serviços Socioassistenciais, neste ato representando o Secretário-Adjunto de Assistência Social do Estado de Mato Grosso, José Rodrigues Rocha; Sr. Mário Quidá Neto, Superintendente de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Justiça e de Direitos Humanos de Mato Grosso - SEJUD; Sr. Nilton Coelho, Secretário Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano de Cuiabá; Sr. Jovanil Flores da Silva, Coordenador do Centro POP, neste ato, representando a Sr^a Kátia Martins, Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Várzea Grande; Coronel Leovaldo Sales, Secretário Municipal de Ordem Pública de Cuiabá; Morgana Moreira Moura, Presidente do Conselho Regional de Psicologia; Tatiana Lima da Costa Refosco, 1^a Secretária do Conselho Regional de Serviço Social de Mato Grosso, representando a Presidente do Conselho, Andreia Amorim; Leonildo José Monteiro Filho, Coordenador Nacional do Movimento da População de Rua.

Composta a nossa mesa, convido a todos para que, em posição de respeito, possamos cantar o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Que nos fique a última estrofe do Hino Nacional Brasileiro, “Pátria Amada, Brasil!”. Como amarmos uma pátria se não respeitarmos cada cidadão que compõe essa pátria? É muito importante que possamos discutir e extrair daqui políticas públicas e inclusivas para que, de fato, possamos inserir essas pessoas que vivem em condição e situação de rua no Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Ainda em tempo, quero cumprimentar as autoridades presentes: Dr. Lúcio Andrade, Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso; Sr^a Glória Maria Munhoz, Assessora, que neste ato representa o Deputado Federal Ságuas Moraes; Sr^a Letícia Silva do Prado, Coordenadora do Centro de Referência dos Direitos Humanos de Mato Grosso; Sr^a Leiza Alessandra Moreira, Coordenadora do CREAS Norte da Morada do Ouro; Sr^a Josiane Rodrigues, Gerente de Vigilância de Doenças Graves da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá; Sr^a Vera Lúcia Ferreira Silva, Coordenadora do Consultório Médico na Rua, em Cuiabá; Sr. Denival Bitencourt, Conselheiro, neste ato representando o Conselho de Segurança na área central de Cuiabá - CONSEG; Sr^a Nilza Vieira Moura, Presidente da Comunidade Terapêutica Paraíso Cuiabá/Estrada Manso; Sr. Alonso Alcântara Moura, Presidente da Federação de Comunidades Terapêuticas do Centro-Oeste; Sr^a Francisca Lopes Xavier, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Centro Norte, Cuiabá; Sr. Raul Lázaro, Presidente do Núcleo Hip Hop em Ação - Cuiabá; Sr^a Rosileide Capilé, Gerente do Centro de Assistência Psicossocial da Prefeitura de Cuiabá; Pastor Iter Monteiro, representando a Igreja Unidos do Amor em Cristo - Cuiabá; Sr^a Benedita Pereira Barbosa, representando a Comunidade Terapêutica Lar Cristão de Cuiabá, Sinop e São José do Rio Claro; Sr^a Maria José Carvalho de Assis, representando o Pastor Raimundo de Assis, Tenda Abraão, no Município de Cuiabá; Sr^a Eliane Barreto, com o projeto social Novo Milênio de Cuiabá; Sr. Gilson Banegas, Secretário da Federação de Comunidades Terapêuticas do Estado de Mato Grosso; Sr^a Laura Teixeira, Assistente Social do Centro de Acolhimento para Morador de Rua, no Município de Várzea Grande; Sr. Antônio Pinto de Sousa, Vice-Presidente do Centro Terapêutico Paraíso - Cuiabá, Sr^a Olga Ribeiro Curvo, Coordenadora Administrativa do Albergue Municipal Manoel Miraglia, em Cuiabá; Sr^a Cibele Rodrigues, Assistente Social do Albergue Municipal do Porto - Cuiabá, Sr. Davi Cardoso, Mobilizador da Associação Brasileira de Redução em Danos de Mato Grosso, Sr. Marcelo Dantas, membro do Projeto Solar de Mato Grosso.

Agradecemos também a presença dos assistentes sociais e quero reforçar esse agradecimento, não só pela presença, mas pelo trabalho excepcional que o setor e que o segmento oferece para toda a sociedade. Eu falo que é uma das profissões mais belas e importantes. Eu sou filho de educadora, professora, e digo que a classe do professor ainda é tão pouco reconhecida, para não dizer nada reconhecida, e trabalham em espaços insalubres, em condições desumanas... E também os guerreiros assistentes sociais, que desenvolvem belíssimos trabalhos voltados para a sociedade.

Inclusive, tenho um projeto de lei e pretendo que seja aprovado dentro desta Casa, sancionado pelo Governo, que é inserir os assistentes sociais na educação do Estado de Mato Grosso, dentro das unidades escolares, porque eu desconheço um elo maior. E como esta Casa de Leis é um elo dos problemas, das discussões entre a sociedade e os poderes - eu falo que esse grande poder de elo -, os assistentes sociais realmente desenvolvem esse trabalho excepcional de apresentar... Meus parabéns a vocês, muito obrigado a cada assistente social presente.

Agradeço a presença dos servidores da Secretaria de Estado de Assistência Social - SETAS. Agradecemos também a presença dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso; dos membros da Comunidade Terapêutica Vau de Jaboque; dos voluntários do Pastor de Rua, Cuiabá - Mato Grosso; agradecemos também a presença dos psicólogos; e de todos que aqui estão para debater um tema de grande, mas de grande relevância para toda a sociedade.

Eu fico muito feliz em ver que aqui teremos um debate, que teremos pessoas para contribuir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Dizer a todos da plateia, por gentileza, quem quiser participar, que aqui nada mais é que uma Audiência Pública. Então, estamos aqui para ouvir. Esta Casa de Leis abriu as portas para ouvi-los, para entendê-los. Então, as servidoras do Cerimonial já estão entre vocês. Quem quiser fazer perguntas, dar a sua contribuição, já está aberta a inscrição, neste momento.

Então, quero dizer da minha felicidade de trazer para esta discussão referências nacionais, pessoas que dedicam suas vidas a essas questões sociais, coisa que não é diferente da minha história. Com meus 34 anos de vida eu sempre fui muito voltado a essas causas sociais. Intitulo-me fiscal do povo e Deputado do povo. Não consigo entender quem mais precisa de justiça social e desse trabalho de inclusão social do que o povo, de fato, que parece que está tão distante. Parece que vivemos em dois Estados diferentes, em duas realidades diferentes, em dois Estados de Mato Grosso, em dois “Brasis”. Realmente, isso precisa ser discutido.

Uma das coisas que me chama muita atenção que quero abordar aqui é a forma como encaramos as pessoas que se encontram em situação de rua, porque muitas vezes, é aquele famoso pré-conceito, o pré-julgamento, às pessoas que vivem em condições de rua.

Por exemplo, dependência química: dependência química não é marginalidade. Dependência química é doença que causa diversos distúrbios, até psicológicos que levam as pessoas às situações que fogem do parâmetro que é o certo. Muitas vezes, até levam essas pessoas a viverem à margem, a se tornarem marginais, mas essas pessoas, de fato, não são. Muitas pessoas têm problemas mentais e estão nas ruas; muitas pessoas estão desabrigadas e estão nas ruas.

Recentemente, fazendo uma andança pelas ruas de Cuiabá, uma distribuição de marmitex, pois gosto de fazer essas políticas...

Dizer da grande importância aqui e quero parabenizar a todos que desenvolvem a campanha do agasalho; a todos que desenvolve campanhas de vestimentas, alimentação para essas pessoas em situação de rua. Isso é muito bom; isso é importante, mas não vai resolver, de fato, a situação. Ou vamos entender a situação, criar políticas inclusivas ou não teremos essa resposta que tanto buscamos que é resolver o problema. Setenta por cento da população que mora nas ruas do Estado de Mato Grosso estão concentradas em Cuiabá e em Rondonópolis.

Só no Município de Cuiabá 500 pessoas, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV Assembleia, não têm onde dormir. E quando escurece essas pessoas não sabem para onde vão, não têm condições de se alimentar e, necessariamente, não são marginais, não são bandidos, não são criminosos. São reféns da falta de política pública inclusiva que é, sim, nossa responsabilidade. Então, essa é a grande discussão, a maneira de entender. E, outra coisa, precisamos entender o que levou essas pessoas a essa situação de rua, o que as conduziu, o que fez, de que forma elas foram levadas para essas situações.

Tenho a satisfação, a oportunidade e digo que tenho a honra de ser membro da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, da Assembleia Legislativa; tenho a satisfação de ser membro da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa, mas fico muito feliz, pleiteei e, graças a Deus, meus Pares entenderam e me deram a oportunidade de presidir a Comissão de Direitos Humanos e Amparo à Criança, ao Idoso e ao Adolescente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, que realmente precisas de políticas públicas voltadas para o setor e não de políticas de plateia, políticas falaciosas, mas de políticas, realmente, de ação e de atitude.

Como os senhores perceberam eu gosto de falar bastante. Se não fosse assim, eu não seria o comunicador nato que sou. Mesmo sendo Analista Político, Gestor Público por formação, no meio do caminho eu me tornei apresentador de TV como todos aqui sabem disso, mas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

eu costume... Eu luto muito para desmistificar que não sou apresentador ou jornalista ou repórter que se tornou político. Eu sou político por formação e por vocação, por formação acadêmica e por vocação que no meio do caminho encontrou na comunicação o que estamos fazendo aqui, hoje, reunindo pessoas e falando para essas pessoas, mas, hoje, estamos aqui é mais para ouvir.

Eu quero falar sobre dois pontos que mexeram muito comigo.

Nessa situação que eu falei que estava fazendo as entregas de marmite, um senhor quando me viu de longe: “Oh, Jajah, sempre acompanhei o seu programa na TV.” E ali eu fiz uma pergunta internamente antes de perguntar para ele: meu Deus, o homem mora na rua, não tem casa, como ele assiste o seu programa? E com propriedade falando sobre o assunto, eu tive que perguntar: como o senhor assistia o meu programa? Ele falou: “Não, Jajah, eu era casado. Vivíamos eu e minha esposa. A minha esposa sofreu um câncer.”

Pensem em uma pessoa totalmente sã, em sã consciência conversando comigo, sem estar alcoolizado.

“A minha esposa sofreu um câncer, ficou quase 2 anos padecendo com esse câncer, gastamos o pouquinho que tínhamos, inclusive, casa própria...” - aí já entra um grande problema que é a saúde pública de qualidade e o acesso a essa saúde - ... “mas, infelizmente, a minha esposa veio a falecer e eu fiquei perdido. Não tínhamos filhos, eu me entreguei à bebida, no início, e, agora, estou buscando um jeito de sair da rua, mas não encontro.” E nós que temos o nosso trabalho, que temos a nossa casa, nosso lar, sabemos a dificuldade que é para manter isso, para manter o nosso sustento, pagar o nosso aluguel. Um mês de atraso, um mês de quebra na renda familiar causa uma desestruturação gigante na família. Agora, imaginem uma pessoa que perde a esposa, que fica sozinho, perdido. Ele foi parar na rua. É um marginal? Não! É uma pessoa que precisa do amparo e dos braços fortes do Poder Público para impulsioná-lo novamente para o convívio social. Então, nós temos que ter esse entendimento e quebrar esse preconceito.

Recentemente, com a demolição da Ilha da Banana, 80 pessoas... Parece que a Ilha da Banana não existia, que as oitenta pessoas não existiam, parece que nada disso existia. Aconteceu essa demolição, aproximadamente oitenta pessoas...

Daqui a pouco, teremos a participação da representante do Secretário, Deputado licenciado Wilson Santos, e, daqui a pouco, o Secretário Wilson Santos estará presente, também, para conversar sobre a importância desta discussão.

Poxa, vida, ainda hoje tem, se eu não estiver equivocado, aproximadamente, 50a pessoas, ainda, em situação de rua da Ilha da Banana. Mais de cinquenta pessoas ainda. Então, são situações que não podemos nos furtar de discutir... Eu falei: poxa, vida, eu estou aqui na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso; o Secretário de Cidades, Wilson Santos, se deparou com essa situação, teve essa sensibilidade, nos procurou e falou: “Deputado Jajah Neves, nós precisamos discutir esse tema!” Ele está Secretário, mas o sangue de Deputado corre nas veias, porque é um Deputado licenciado. Ele falou: “Vamos envolver a Casa de Leis.” Eu falei: conte comigo, Secretário Wilson Santos. E aí surgiu esta tarde memorável de políticas públicas inclusivas.

Eu costume dizer que gosto de política social e ela tem uma distância tão grande da política assistencial, porque o que resolve não é política assistencialista. A política assistencial dá a condição. Ela dá o preparo, mas, depois, nós precisamos de política inclusiva, social, que dê condições de você viver. Eu não consigo manter um lago cheio de peixe se eu não tiver o “cara” que vai lá, prepara, mantém esse lago e ensina a pessoa a pescar. Eu não vou conseguir pescar e alimentar a todos. Tem que dar condições. São essas políticas que nós temos que discutir aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Eu tenho certeza que teremos uma tarde de trabalho muito produtiva. Com o desfecho disso aqui, vamos ter pautas, questões pontuais para buscarmos soluções, primeiramente, para essas questões latentes de primeiro momento, mas, sobretudo, com olhar voltado para todo Estado de Mato Grosso nessa situação.

Convido o Vereador Abílio, de Cuiabá, para compor o dispositivo conosco.

Obrigado pela presença, Vereador!

Parece-me que o Secretário Wilson Santos já está presente, só está finalizando uma entrevista. Então, fica feito o convite para compor a mesa conosco.

Quero agradecer mais uma vez a presença e ouvir o Dr. Mário Kono, Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal de Cuiabá.

Lembramos que teremos vários palestrantes e gostaríamos que fosse respeitado o tempo de 10min a cada um para que o povo também possa participar.

Obrigado.

O SR. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas!

Felicito o Deputado Jajah Neves por esta iniciativa e em seu nome saúdo todos os representantes da mesa e também toda plateia.

Eu sei que vocês têm muito a discutir e muito mais do que eu a trazer alguma coisa.

Mas gostei da iniciativa, gostei da abertura feita pelo Deputado que vê um compromisso com essa carência tão grande e social que é a população de rua. Já vi que a sua visão não está limitada a achar que é um motivo só que leva o cidadão a esse estado de rua.

Já vi que ele vê a necessidade de junção e tem que trabalhar mesmo em rede com as diversas esferas de Poder e com as equipes, uma equipe multidisciplinar, ou seja, envolvendo profissionais, cada um dentro de sua competência, psicólogos, assistentes sociais, é um papel muito importante, médicos, principalmente, que tratam das comorbidades adquiridas em situação de rua; precisa também, logicamente, inserir nesse meio questões de capacitação técnicas para arrumar condições. Hoje o trabalhador precisa ter algum conhecimento para que ele adquira o mercado de trabalho; é preciso ter estrutura. Ou seja, muito bom ver que essa visão está tendo o nosso Deputado.

Eu não tenho nada a acrescentar em psicologia, serviço social, medicina, porque vocês têm muito mais conhecimento e vida prática do que eu.

O que eu vejo e que talvez seja um ponto nodal da questão é a falta de planejamento, em primeiro lugar; em segundo lugar, políticas públicas estáveis que não variem ao sabor de gestores. Ou seja, quando se troca um Chefe de Executivo, seja municipal, estadual ou federal, que esse planejamento que estiver feito cientificamente, pautado em bases concretas, com definições, não seja mudado por meras questões de pensamento. Ou seja, é necessário que isso se faça pelos profissionais adequados dentro de cada área.

Secretário Wilson Santos, que também que está representando o Estado, ex-colega de faculdade, Deputado, sabe o que pegou em mãos agora, porque não é fácil. Nós não vamos resolver o problema de rua. Quem dera tivéssemos esse poder! Mas algo pode ser feito, algo pode ser melhorado. O que não dá é uma medida aqui, uma medida ali, um esforço daqui, um sacrifício de lá e sem comunicação, sem amparo.

Eu vejo, no Poder Judiciário, pessoas que nos procuram ou que são levadas até nós como um dependente químico - não é porque está na rua que é dependente químico, mas há dependentes químicos na população de rua e mesmo com transtornos mentais, como bem lembrado pelo Deputado Jajah Neves -, chega as tuas mãos e você fala: “E agora?”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Não se trata de você colocá-lo em cárcere, ele é um doente que precisa de políticas públicas, precisa passar por uma clínica, ser tratado das suas comorbidades, ser acompanhado por assistentes sociais que vão arrumar um local onde ele possa ficar, onde ele possa se empregar, e não é só ele, mas a família dele. O pessoal do serviço social sabe muito mais do que eu sobre isso. Ele tem problema de autoestima que psicólogos vão ter que dar duro para conseguir resgatar isso.

Então, é preciso toda essa estrutura; é preciso que tenhamos essa rede a quem encaminhar e comunicação; é preciso que ninguém olhe para o seu próprio umbigo, que respeite o pensamento e a profissão do outro.

Eu costumo dizer sempre, principalmente nós Juízes, têm alguns que são quase um Deus, oniscientes, depois faz cagada.

A verdade é essa, pessoal! Eu preciso ouvir um médico, preciso levar para ele, não sou médico; preciso ouvir a psicóloga. Eu preciso, às vezes, de psicóloga; preciso de assistentes sociais, porque sozinho não vou conseguir fazer nada, não sei sequer os caminhos.

Então, essa união que é necessária. A necessidade está aí, é premente, real, vocês estão vendo, mas quando criarem essa Comissão tenham - o que eu peço - em mente uma política estável que não varia ao sabor do vento para que não se perca todo esse trabalho que será feito com uma mudança de gestão. E que já se pense para, inclusive, ter esse argumento para que vocês saibam muito bem para que aja um orçamento próprio e destinado a isso. Para isso é necessário haver todo esse planejamento, esquematização e saber como começar e etapas por etapas o que deverá ser feito.

Não vou me estenderei mais. Agradeço o convite que foi feito. Não trouxe nada para contribuir, mas trouxe aqui o meu clamor junto com a população de rua e também com a sociedade, como um todo, que quer ver uma solução para esse problema.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Em tempo, quero agradecer e registrar a presença da Pastora Marluce Batista, da Casa Rosas de Saron, do Município de Várzea Grande, também do Pastor Luciano de Oliveira, Presidente da Casa Raiz Jessé, do Município de Várzea Grande.

Agradeço ao Dr. Mário, que justifica que tem uma audiência. Muito obrigado pela presença e pela contribuição na nossa Audiência Pública.

Como já havia dito aos senhores da importância e da grande relevância desta Audiência Pública, que culminou, quando assumimos a Comissão que está fundamentalmente ligada aos direitos humanos, e o Deputado licenciado, hoje Secretário Wilson Santos, ainda brinquei aqui que ele tem na veia o sangue parlamentar do embate, me procurou e disse da importância e da relevância deste evento para que pudéssemos realizar juntos, imbuindo esforços para desenvolver.

Vossa Excelência estava em Brasília, mas chegou a tempo deste trabalho maravilhoso.

Quero abrir a palavra para o senhor, primeiramente, fazer um cumprimento ao pessoal, falar com pessoal - pode ser daqui mesmo - e depois damos continuidade.

O SR. WILSON SANTOS - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Jajah Neves, amigo.

Vou falar daqui porque fui inventar de jogar futebol no sábado e me dei mal.

Primeiro, Deputado Jajah Neves, quero dizer que este é um tema que todas as cidades de porte médio e grande neste País está enfrentando.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Ontem, um moço de apenas 17 anos, de uma família tradicionalíssima desta cidade, pôs fim a sua vida ao pular do 14º andar de um prédio, sobrinho do ex-Senador Antero Paes de Barros.

O que leva um menino de classe média alta a tirar a própria vida?

O número de suicídio na adolescência só tem aumentado. Isso é um sinal dos tempos, de uma sociedade desajustada, de um processo de urbanização sem planejamento, violento, agressivo.

No Brasil, temos em torno de 35.000 a 40.000 assassinatos por ano; a cada duas horas uma mulher é assassinada pelo cônjuge; o trânsito tira quase 50.000 vidas por ano; 14 milhões de desempregados, mais de um terço dos casamentos chegam ao fim com menos de cinco anos.

Essa é a sociedade que estamos convivendo e ela acaba produzindo, Alonso, depressão, desespero.

Nem todos têm uma família constituída que entende alguns dramas momentâneos.

Temos aqui em Cuiabá profissionais de gabaritos, com nível superior completo, técnicos em nível médio que estão aí na rua - alguns fizeram livremente essa opção - e a rua é maravilhosa.

Fui jornalista, fui lavador de carro e engraxate na rua. A rua é muito gostosa. Você tem tudo na rua. Tem bebida, tem sexo, tem cigarro, tem droga, come um salgado aqui, um pastel frito ali, toma um caldo de cana. A rua é gostosa. E quando a família não acolhe, o Estado não tem políticas públicas, a tendência é aumentar essa população em situação de rua. E não é só aqui.

Ontem e hoje, conversando com o meu motorista Joãozinho, eu falei: essa senhora está morando aqui? Na Filinto Muller, ali logo após a Praça 08 de Abril, ao lado do muro do 44, tem uma senhora que colocou uma barraquinha azul e já está ali há alguns dias, acampou ali.

E o Parlamento, Deputado Jajah Neves, Vossa Excelência está de parabéns, não pode ficar ausente deste debate.

Como disse o Dr. Mário Kono aqui: “nós não temos a solução”.

Se nós tivéssemos a solução estaríamos confeccionando livros, vendendo livros, dando palestras. Como resolve eu não sei, mas o caminho da democracia é o diálogo.

Então, estamos trazendo aqui hoje palestrantes importantes, gente em nível nacional que vai falar para nós daqui a pouquinho, Secretário Wilton Coelho, e queremos aprender com essas pessoas.

Quando fui prefeito de Cuiabá, no instinto, na orelhada, proibi o exercício da esmola na cidade, fizemos uma parceria com o Ministério Público Estadual e proibimos: “não dê esmola, dê dignidade”. Implantamos as casas de retaguarda.

Lembro-me bem que nós localizamos naquele período quatro homicidas que haviam fugido dos presídios do Paraná e alguns do Nordeste. Estavam aqui em Cuiabá pedindo esmolas nos semáforos, dois dos quais armados.

É um risco que a população corre, porque quando uma senhora ou um senhor para o carro num semáforo, vem alguém e pede uma esmola, ele fica dividido: “se eu dou eu estou alimentando um vício?”, ele se pergunta, “- se não dou, mas me sobra, por que eu não dou, eu sou tão ruim que eu não posso dar cinco, dez reais a esta pessoa?”

Você não sabe o que é certo. Você fica naquela linha tênue entre a ética e a bondade; a caridade e a legalidade. Constrange-lhe aquele pedido também.

É correto que o Poder público permita isso? Eu não sei dizer. Eu achei correto proibir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Determinamos que à noite ninguém dormiria em calçada em Cuiabá. Na minha gestão ninguém dormia. Nós saíamos com os automóveis, recolhíamos para as casas de retaguardas, tinha sopa, enfim.

Isso é pequeno, é pontual, os centros espíritas fazem isso, as igrejas fazem isso, anonimamente, fazem questão que seja distante dos olhos de quem quer que seja.

Mas o papel do Deputado Jajah Neves e meu também aqui, mesmo licenciado, é provocarmos o debate, oportunizar que o Parlamento dê essa chance, doutora, para reunirmos tantas pessoas fantásticas, tantas pessoas importantes que estão ajudando a construir políticas públicas neste Brasil afora.

Em relação ao episódio específico e pontual do Largo do Rosário, popularmente conhecido como Ilha da Banana, eu quero parabenizar o GT de Rua, a Defensoria Pública, o Alonso, em nome de todos que mantêm casas terapêuticas, e outras entidades, universidades, estudantes, acadêmicos, professores, promotores, que a partir dali se emocionaram e nós fizemos as demolições sem nenhum incidente, sem nenhum acidente. Dos que foram retirados, mais de 50 foram para as casas terapêuticas, uns dez acabaram a Prefeitura concedendo passagens e retornaram aos seus municípios de origem e mais ou menos uns quinze foram deslocados para uma casa de retaguarda ali na Rua 12 de Outubro, coincidentemente ao lado da casa do artista plástico Adir Sodré.

Eles estão ali há meses, a Prefeitura está encontrando uma solução, mas este Parlamento tem o dever de propor este debate.

Vejo aqui muitas pessoas que estão na rua, em situação de rua, que eu gostaria que usassem a palavra para passar seu drama pessoal e suas dificuldades.

Tenho um amigo de infância que optou pela rua, gente de classe média do Baú que até hoje está assim, há mais de trinta anos morando na rua. Quando fui Prefeito, tentei trazê-lo, trouxe ao meu gabinete, a família trouxe, contratei pela Prefeitura para ficar comigo em meu gabinete, mas não se ambientava mais, já era outro ser humano, não tinha mais nada a ver com aquele ambiente, com aquela socialização.

Fiz por ordem social, porque era um amigo meu, jogava comigo, quantas vezes ele fez com que eu fizesse a fama em Cuiabá como um grande artilheiro, Nei, irmão de Cica, Cica macaco velho, filho do seu Dito, lá da rua Vila Maria, do Baú, sinto aqui. Ele optou por viver na rua, está há mais de trinta anos na rua, tem família constituída, classe média, mas não quer saber.

Quero encerrar, Deputado, agradecendo a Vossa Excelência pela sua sensibilidade em propor esta Audiência Pública. Esse compromisso eu fiz lá no Largo do Rosário com a defensora quando fizemos uma reunião à noite, às vésperas de iniciarmos o processo de demolição, disse a ela: “Vamos provocar um debate na Assembleia, eu sou de lá, estou emprestado à Secretaria, mas tenho amigos lá, deixei colegas Deputados que têm sensibilidade, que entendem desse assunto e haveremos de construir um debate público sobre isso”.

Aqui está, quero parabenizar a todos e estou muito curioso para ouvir a palestra, principalmente do Leonildo. Onde está o Leonildo José Monteiro? Leonildo que é representante do Movimento Nacional de População em Situação de Rua. Você veio de São Paulo, Leonildo? Curitiba, Paraná. Estamos ansiosos para ouvi-lo também, dentre os demais.

E quero parabenizar a Prefeitura de Cuiabá por meio dos Secretários Ilton Coelho e o Leovaldo, que estiveram conosco desde o início, não é uma tarefa fácil, o Prefeito Emanuel Pinheiro está herdando uma situação complexa.

Conte conosco, com o Governo Pedro Taques e tem também a Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, com o Deputado Max Russi, outro colega daqui que está

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

licenciado, no que pudermos somar esforços para, pelo menos, minimizar o sofrimento dessas centenas de pessoas, mas especialmente construir uma política pública de acolhimento, de respeito, de trato, com essas pessoas. Pode contar conosco. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Agradeço as palavras do Secretário Wilson e quero dizer que Vossa Excelência foi muito verdadeiro em dois pontos cruciais falados aqui. Primeiro, que estamos aqui para ouvir, para aprender.

E o segundo ponto é sobre dizer que quando Vossa Excelência assumiu a Prefeitura, foi na orelhada, porque não tem como ser diferente com essa orelha privilegiada de Vossa Excelência (RISOS). Onde Vossa Excelência for, não tem como ser de outra maneira (RISOS). Mas, estou muito feliz. A Dr^a Rosane, previamente estava falando com ela, e disse da preocupação do Deputado licenciado Wilson Santos, que nos procurou e juntou a fome com a vontade de comer, porque bem da verdade, precisamos desse debate, dessas discussões, para que possamos juntos... Ninguém tem a fórmula, Vossa Excelência disse tudo aqui, a fórmula, se tivéssemos, já estávamos aí executando-a.

Então, quero ouvir a Dr^a Rosane Esteves, ela é Defensora Pública do Estado de Mato Grosso, me vai contemplar com seu conhecimento, no pouco que conversei com ela aqui, ela mostrou expertise e o gabarito que tem dentro dessa área.

Fique à vontade, professora.

A SR^a ROSANE ESTEVES MONTEIRO – Boa tarde a todos!

Meu nome é Rosane Esteves Monteiro, sou Defensora Pública do Estado de Mato Grosso, sou cuiabana, filha desta terra, filha de Deus, cristã, e gostaria de abrir essa fala lendo os ensinamentos de Jesus.

“Vendo as multidões, Jesus subiu ao monte e se assentou. Seus discípulos aproximaram-se dele, e ele começou a ensiná-los, dizendo:

Bem-aventurados os pobres em espírito, pois deles é o Reino dos céus.

Bem-aventurados os que choram, pois serão consolados.

Bem-aventurados os humildes, pois eles receberão a terra por herança.

Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, pois serão satisfeitos.

Bem-aventurados os misericordiosos, pois obterão misericórdia.

Bem-aventurados os puros de coração, pois verão a Deus.

Bem-aventurados os pacificadores, pois serão chamados filhos de Deus.

Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça, pois deles é o Reino dos céus.

Bem-aventurados serão vocês quando, por minha causa os insultarem, perseguirem e levantarem todo tipo de calúnia contra vocês.

Alegrem-se e regozijem-se, porque grande é a recompensa de vocês nos céus, pois da mesma forma perseguiram os profetas que viveram antes de vocês.”

Eu sou Defensora Pública e tenho sede de justiça. É por isso que eu estou muito feliz nesta Audiência Pública, cumprimento os presentes. Agradeço a oportunidade, Deputado Jajah Neves, Secretário Wilson Santos, muito obrigada por esta oportunidade. Cumprimento também todos os presentes, na pessoa do Leonildo Monteiro, Conselheiro Nacional dos Direitos Humanos e Representante do Movimento Nacional de População de Rua.

Eu tomei contato com a população em situação de rua no ano de 2015, ainda no Município de Primavera do Leste, enquanto Defensora Pública, mas também enquanto cidadã. Fazia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

parte de uma igreja e junto com os meus amigos ia à rua levar comida, levar a palavra e, assim, a Defensoria Pública começou abrir os olhos para a população em situação de rua.

Então, a população em situação de rua costuma ser invisível, porque ninguém quer olhar para a dor, ninguém quer olhar para a miséria, ninguém quer olhar para a pobreza, ninguém quer olhar para a criminalidade. Mas, quando eu fui à rua, eu comecei a olhar. Eu vi retirada de pertences, eu vi prisões para averiguação, o povo da rua sendo levado para a delegacia, eu vi mortes inexplicáveis, eu vi a dor e, assim, eu não pude me calar. Comecei a estudar.

A política nacional para a população em situação de rua foi criada no ano de 2009 e até a data de hoje o Estado de Mato Grosso está omissa e devedora para com essa população extremamente vulnerável. Passaram-se oito anos e agora nós começamos esse debate.

Vamos falar um pouquinho sobre essa política. Nós realizamos um seminário sobre população de rua na UFMT, essa semana, e veio gente de Várzea Grande, de Sorriso, Primavera do Leste, Lucas do Rio Verde, sedentos por reconhecimento. Esse povo está tão na invisibilidade que não se fala dele e a ele não se escuta. E nós começamos a querer escutar e falar sobre eles.

Pessoas em situação de rua são caracterizadas por situação de pobreza extrema, invisibilidade, preconceito, exclusão social, vulnerabilidade social máxima e ações higienistas.

Há muito preconceito. “|Ah! Esse daí está aí porque quer. Esse daí é malandro, esse daí é vagabundo, esse daí é dependente químico, esse daí é um desocupado...” Mas ele vem de uma trajetória de exclusão social, muitas vezes dentro da sua infância. E ele é cada vez mais excluído. “E só o acaso estende os braços a quem procura abrigo e proteção”. Já dizia a música do Legião Urbana. E no caso não é o acaso que estende os braços. O braço do Estado que está estendido, a política pública que funciona para a população em situação de rua é a Polícia Militar. Essa, sim, não tem como não fazer o seu papel. A polícia está lá sozinha, clamando por outros serviços. Eu acredito que não deve ser fácil para um policial ter que entrar na truculência com as pessoas. Mas com essa cultura nossa de desvalorização do ser humano, nós perdemos a compaixão, a misericórdia, o olhar para o outro, perdemos. Somos tratados como coisa sem valor.

Nós precisamos de políticas públicas. E o que é essa tal de política pública? São ações concretas, intervenções. E trata-se de um problema, de uma questão social tão complexa. A rua é heterogênea. Ela tem crianças; tem deficientes físicos, idosos; ela tem população LGBT; homens e mulheres que não têm banheiro para fazer xixi, cocô, que não têm chuveiro para tomar banho; têm que ficar fedendo, quem gosta de ficar fedendo aqui?

Então, as intervenções não são só da assistência, não são só da saúde, mas hoje eu vou focar muito nisso, que é o básico, é o primeiro, é o implementar, mas nós precisamos de estratégias de habitação. Você não tem casa? Você não tem onde deitar? Pois o povo da rua dorme na rua, sujeito à violência, aos barulhos, aos atropelos da rua. Nós precisamos de educação, nós precisamos de geração de trabalho, de qualificação profissional.

Nós vivemos numa época de crise em que o trabalho está difícil, e agora para quem vive na rua? Que tem que trabalhar e voltar para a rua. Se ele está doente, ele sai do hospital e volta para a rua.

O objetivo da política pública para Pop Rua é oferecer alternativas para que as pessoas não precisem viver na rua, garantindo o direito à moradia, à qualificação profissional, à geração de emprego e renda, à construção de autonomia, mas também garantindo àquelas que querem permanecer na rua o direito de ficarem lá com dignidade.

E o que é preciso para construir essa tal de política pública?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

O Estado deve coordenar, gerir e implementar a política pública nas três esferas do poder, Federal, Estadual e Municipal. Deve ser destinado ao interesse de uma coletividade a qual participa da elaboração, gestão e controle dessa política, deve estar regulamentada em lei para que os cidadãos possam reclamar os seus direitos e o Estado deve garantir recurso, financiamento para a implementação dessas ações.

Como intervir? Com base no *slide* anterior, esse aqui, promover e fomentar o envolvimento da população de rua, participação e autonomia. Eu decido se eu quero ir, se eu quero ficar, eu decido se quero esse emprego ou outro, eu decido minha carreira. Eu decido, por quê? Eu decido meu cabelo, se eu quero curto, se eu quero comprido. Não venha você me dizer o que eu tenho que fazer da minha vida. “Vamos lá, porque isso aqui é bom para você”, poxa, eu não tenho o direito como pessoa humana de falar o que é bom para mim? Você não pode me ouvir?

Por isso, eu gostaria de saber quem já esteve ou está ainda em situação de rua que está presente aqui? Que se manifeste.

(ALGUMAS PESSOAS DA PLATEIA LEVANTAM AS MÃOS.)

Obrigada por terem vindo, isso tudo aqui é por vocês, e é importante que estejam aqui para falar o que é que vocês querem, como é essa dureza. Precisamos ouvir vocês.

Criamos o Fórum de População em Situação de Rua justamente para fomentar essa participação da população em situação de rua no debate, essa autonomia. ...Criação da política no Estado e municípios por meio de lei ou decreto e a adesão à política pública.

Por fim, o comprometimento da administração pública, vontade política de olhar para essa situação tão dolorosa.

A participação da população em situação de rua na construção da política... Eu destaquei três possibilidades, estratégias, o movimento de pessoas em situação de rua em que trouxemos o Leonildo para falar sobre isso, sobre a importância de estarem reunidos, a importância deles falarem entre si e reivindicarem seus direitos.

Nós implementamos o Fórum da População em Situação de Rua aqui em Cuiabá, em maio de 2015, estão todos convidados, nossas reuniões geralmente acontecem na Casa dos Conselhos. Criamos esse espaço para fomentar justamente essa participação e a participação da população de rua nos Conselhos de Direito.

O Leonildo hoje é Conselheiro Nacional do Conselho Nacional de Direitos Humanos, ele viveu na rua e hoje está lá em Brasília batendo e lutando pelo direito desse povo. Ele também é Conselheiro Estadual no Estado do Paraná. Então, é importante.

A Defensoria trabalhou com o Governo do Estado para a criação de um grupo de trabalho para o debate sobre a população em situação de rua no âmbito da Secretaria do Estado. Então, foi publicado o Decreto 700/2016, que criou o GT Rua, houve discussões interdisciplinares entre várias Secretarias, reuniões, provocamos a SEJUD e a SETAS para pesquisa estadual de população de rua. Então, “ah, todo mundo é drogado, a maioria é negro, é homem.” Não, nós queremos saber a realidade de Mato Grosso, e como que nós vamos fazer? Porque uma coisa é falar, e outra coisa é conhecer a realidade. E para isso nós precisamos das pesquisas, que, inclusive, a UFMT já fez o projeto de pesquisa e agora precisamos de recursos para realizar essa pesquisa.

E através do GT, houve a criação do Fórum de População de Situação de Rua. O Fórum de População de Situação de Rua fez um manifesto em relação à desocupação da Ilha da Banana, divulgamos na internet um manifesto contra o discurso de ódio no que diz respeito àquela casa, na região central. Houve uma repercussão negativa da comunidade. Nós entendemos aquela comunidade, apontamos a fragilidade dessa ação, mas também entendemos que ela foi emergencial.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Mas precisamos fazer um trabalho de sensibilização no entorno, no território para receber o serviço. Por que nós simplesmente falamos assim: “Não, esse eu não quero, deficiente eu não quero, drogado eu não quero, povo de rua eu não quero, preso eu não quero.” Mas todos somos pessoas e vivemos todos na mesma cidade, todos temos direitos.

Fizemos uma capacitação dos membros do Fórum de População de Rua com um representante da Pastoral Nacional de Rua e do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua, mês passado, e nesta semana realizamos o Seminário de População de Rua, que foi um sucesso, o povo da rua estava lá, participou conosco, foi muito bom. Estamos fazendo agora um esforço para a inclusão do povo da rua no debate da política pública.

Pode passar!

Política pública para pessoas em situação de rua... É esse desenho que nós temos, nós temos um Decreto Nacional que estabelece a política nacional, mas no Estado e no Município não temos nada.

Precisamos que o Estado de Mato Grosso... Acredito que isso vai ser feito através da SETAS, viu Maysa, a Defensoria Pública já *startou* a SETAS, no ano passado, para que fizesse a adesão à política nacional para que essa política seja implementada também no Estado de Mato Grosso.

Foi criada a política nacional no ano de 2009 e 13 Estados já aderiram a isso até o ano passado. Mato Grosso e seus municípios nenhum fez essa adesão. Isso revela o quê? A invisibilidade da população de rua. Ah, nós vamos falar da mulher vítima de violência; nós vamos falar de criança que, também, é vulnerável, mas e a criança da rua? E a mulher da rua que é estuprada, que tem que trabalhar para traficante para garantir sua vida, que não tem onde trocar seu absorvente na época menstrual? E essa mulher? E o cadeirante da rua?

Invisibilidade da população de rua! Precisamos mudar isso!

Existe a legislação do SUS e do SUAS que prevê equipamentos e serviços para a população em situação de rua como o consultório na rua, Centro POP e outros equipamentos. Mas muitos aqui, no Estado de Mato Grosso, ainda, precisam ser implementados ou reforçados.

Cuiabá... Para a nossa vergonha, nós, cuiabanos, perdemos o nosso Centro POP, perdemos recursos. Sinop falou: “Aqui a população de rua, não! Não quero centro POP.”. Recusaram recurso para um serviço que era para a população de rua: invisibilidade da população de rua.

Na assistência social eu fiz alguns destaques: o fechamento do Centro POP na Cidade de Cuiabá. Esse povo não tem a quem recorrer. Não tem! Nós temos o CREAS, mas o CREAS atende outras vulnerabilidades tão graves quanto, com uma equipe deficiente, fragilizada, precisamos reforçar as equipes dos serviços assistenciais. Como é que vai dar conta de tanta vulnerabilidade?

Recusa do serviço do Centro POP do Município de Sinop - como eu já falei -; engessamento de regras e insuficiência de vagas; precariedade dos abrigos; ausência de capacitação continuada voltada para o atendimento humanizado e não discriminatório; fragilidade dos serviços de abordagem social; contratação precária de servidores. Eles rodam muito, não criam vínculo com o povo da rua e o povo da rua precisa de alguém que estenda a mão e fale: vamos lá. Esse é o serviço da abordagem social, esse é o serviço do consultório na rua. São profissionais que estarão lá no tête-à-tête falando: vai, vamos, vamos, vamos, ajudando.

Ausência de alternativas de moradia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Nós temos três abrigos na cidade de Cuiabá que têm as suas fragilidades em insuficiência de vagas.

No âmbito da saúde eu fiz alguns destaques: precisamos da ampliação do serviço de consultório na rua - a população de rua de Cuiabá está aumentando e precisamos reforçar o serviço de saúde na rua -; equipe com perfil humanizado; capacitação dos profissionais da saúde para acolhimento humanizado da população de rua; atendimento facilitado e priorizado em razão da vulnerabilidade social e garantir o acesso às unidades de saúde. Ah, não tem documento; ah, este é um morador de rua, então, não precisa. Qualquer coisa para ele serve; qualquer subemprego para ele serve. Vamos passar a reciclagem para ele. Vamos arrumar emprego de catador para ele não desmerecendo. São nobres essas pessoas que trabalham com isso, mas nós queremos mais. Por que não podemos qualificar profissionalmente as pessoas para que elas possam ter seu dinheiro, pagar seu aluguel e comprar a sua comida? Sem desmerecer as pessoas que, também, levam comida, porque eu, também, já levei. Mas as pessoas não querem só comer. Elas precisam de mais coisas para viver.

Saúde mental é um tema bem delicado.

A internação deve ser medida excepcional de tratamento mediante ordem médica em hospital. Esse negócio de internação compulsória é delicado, porque você retira a autonomia da pessoa e fala: agora, você estará lá obrigada. Só que se ela não adere ao tratamento, ela não vai. Ela não terá efetividade àquele tratamento. É um tratamento caro que a pessoa não adere e não tem resultado.

Ampliação e fortalecimento da rede de atenção psicossocial.

Precisamos do CAPS 3, 24 horas, para atendimento desse público com problema de uso abusivo de drogas, transtorno mental; ampliação do CAPS Ad, no meu ponto de vista, porque aqui, na Capital, só tem um para atender toda essa demanda de álcool, droga e transtorno mental; leitos em hospitais gerais, unidade de acolhimento.

Nós precisamos reivindicar esses direitos, porque fala assim. “Eu não sei o que faço. Eu não o que faço com esse povo da rua? Crie os serviços! Crie os serviços. Crie os Centros Pop, crie as unidades de acolhimento, cria as redes de hospitais gerais. Crie! Vamos acudir esse povo. É para isso que estamos aqui.

Eu trouxe uma frase de Samuel Rodrigues, que é um dos representantes do Movimento Nacional de População de Rua, que diz assim. “As instituições jamais transformarão homens em homens bons, porém, homens bons transformam instituições em boas instituições.”.

Temos aqui o Projeto de Lei nº 57/2016, de autoria da Deputada Janaina Riva, que cria a política estadual para pessoas em situação de rua no Estado de Mato Grosso. Esse Projeto de Lei está tramitando e pedimos ao Deputado Jajah Neves e ao Secretário auxílio para que essa política, realmente, seja criada, saia do papel e seja executada.

Esta é a minha fala. Eu quis trazer um pouco a explicação sobre a política, sobre direitos dessas pessoas para que vocês aprendam e saibam daquilo que estamos tratando.

Este é um assunto caro para a Defensoria Pública do Estado. Estamos próximos! A Defensoria Pública iniciou um projeto piloto de atendimento itinerante na rua, no Beco do Candeeiro, e há três semanas estamos com a equipe da Defensoria Pública prestando assessoria jurídica na rua. Vamos, ainda, planejar como estruturar melhor o acesso à Justiça por meio da Defensoria Pública à população em situação de rua.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar neste debate. É para mim motivo de muita alegria vê-los aqui reunidos. Espero que todos falem. Deixem a timidez de lado. É preciso

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

nos expressar, começamos a nos manifestar, porque, se nos calarmos, o outro vai lá e fala por nós. Então, vamos falar, vamos nos posicionar e reivindicar os nossos direitos.

Agradeço a oportunidade! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Dr^a Rosana, nós vemos o quanto são importantes as audiências públicas e o quanto nos abre a visão. O ser humano é capaz de ir aonde ele pode enxergar, aonde a visão consegue levá-lo.

Então, é muito importante vermos de várias nuances, de várias formações, todas imbuídas em um único sentido, colocando energias, forças, para que juntos, aí sim, possamos descobrir essa fórmula e executá-las.

Também, estou ansioso para ouvir a palestra do Sr. Leonildo José Medeiros, mas ele nos trouxe o vídeo: “Nós da Rua”. E gostaria de chamar a atenção de todos. Esse vídeo foi produzido pela UNESCO.

O SR. LEONILDO JOSÉ MEDEIROS - Boa tarde a todos e todas!

Cumprimento - sei que não é o momento da minha palestra - o Deputado Jajah Neves e agradeço por estarem aqui a Defensora Rosana e o Secretário Wilson Santos.

Esse vídeo “Nós da Rua” o Movimento fez, é financiado pela UNESCO e o MDS, conta um pouco da realidade da população de 2011, em vários pontos do Brasil, dentro de cidades metropolitanas, e acreditamos que não mudou.

Então, é só para vocês conhecerem um pouco.

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Vamos então acompanhar o vídeo.

(O VÍDEO É EXIBIDO.)

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Nós acompanhamos o vídeo que o Leonildo apresentou e eu comentava com o Secretário Wilson Santos do quanto parece que, devido às políticas públicas, as ações, a inserção, estamos tão distantes ou aprendendo agora algo que está no nosso cotidiano.

Eu acho que é a forma de não enxergar a existência, de não enxergar essa invisibilidade, a realidade do nosso cotidiano que acontece, e ver que estamos tão distantes, salientando o quanto realmente é importante esta Audiência Pública.

Vamos ouvir agora o Leonildo José Monteiro Filho, que é referência nacional, que entende do assunto para compartilhar conosco a sua experiência, o seu conhecimento.

Fique à vontade, Leonildo!

O SR. LEONILDO JOSÉ MONTEIRO FILHO - Novamente, boa tarde a todos!

Eu sou Leonildo José Monteiro Filho.

Deputado, estou em casa. Estou em casa, porque sou mato-grossense, sou filho de um Sargento da PM de Mato Grosso que hoje está no Fórum de Alta Floresta. Por ser filho adotivo, tivemos problemas familiares, que me fez morar um tempo aqui, em Cuiabá, em situação de rua até chegar a Curitiba.

Em Curitiba, eu cheguei a morar cinco anos em situação de rua. Uma cidade fria, um povo mais frio, que não gosta de nordestino e, principalmente, negro, e aí você tem essa problemática de estar na rua e ser negro numa cidade conservadora.

Em 2004 eu fui às ruas de Curitiba, uma cidade que entrei na assistência, na porta do albergue. Mas, antes disso, eu pedi para o meu pai me arrumar 100 reais, na época, telefonei para Casa, para eu não ir para rua mesmo, de fato, nas ruas de Curitiba, que lá é frio. Ele aprendeu muito na Polícia Militar de Mato Grosso: “olha, você escolheu o trecho. Você se vira. Não tem uma praça,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

uma rodoviária aí? Então, fica à vontade”. Por isso que a cada 10 anos eu venho visitá-lo em Alta Floresta.

Hoje, graças a Deus, eu tenho uma vida estável e vim trazer essa luta, organizar a população de rua e falar dessa política que temos hoje e conquistamos.

Morar cinco anos nas ruas de Curitiba não foi fácil, não. A primeira coisa que assistência falou para mim foi: “Olha, você tem cinco dias para arrumar um trabalho. Se você não arrumar um trabalho vai ficar na rua”. E esses cinco dias numa cidade conservadora, onde você precisa de tudo, comprovante, endereço, para arrumar um trabalho não se arruma. Quem te acolhe? Quem te acolhe é a população de rua, é a praça, é a solidariedade da população de rua que falava: “vamos ali, tem uma casa que ocupamos, ficamos em tal praça, um vai atrás do retalho, outro vai atrás de uma carne, de uma batata, outro vai atrás de uma água e vamos fazer um borogodó para comermos”. A minha vida foi assim.

Certo tempo, em 2006, eu comecei a achar que estava com tuberculose, eu falei: vou embora para São Paulo, onde conheci São Paulo, uma cidade que tem mais de vinte cinco mil habitantes, moradores de ruas, e tem oito mil acolhimentos lá. Indo para São Paulo conheci esse movimento lá na Praça do Chá do Padre, no Sefras, e ali esse pessoal que vocês veem na televisão, em 2006, fazia essa fala do acesso às políticas. E naquela época estávamos falando do acesso ao albergue. O albergue para nós é um semiaberto, te prende às 06h da tarde e te solta às 06h da manhã e fala para você: “se vira”.

A única coisa que repito de novo é: o que sobra é a praça. E nesse sentido acabei conhecendo o movimento, bem rápido, em dez minutos, acabei voltando para... me chamaram para organizar um movimento em Curitiba. Eu falei: Poxa, manda para qualquer cidade. Quero ir para qualquer cidade, menos Curitiba. Eu fui nesse desafio. Voltei, e a população de rua: “Eh, Leonildo, isso não dá nada com nada, não. Isso aí nós nunca..” O cara está certo, já foi expulso da família. A única política... As pessoas só reconhecem a população de rua na criminalidade. A única política que funciona e sabemos que é só a segurança pública, que a polícia está constante ali. E é interessante.

Eu faço formação para comando e os Comandantes do Batalhão da Polícia Militar hoje no Paraná, todo ano sou convidado, eu perguntei para os Comandantes: como é que uma pracinha desse tamanho não tem pés de maconha e nem refinaria? Como é que numa praça dessas entra tudo? Não é? O sujeito já perdeu a mulher, já está todo abandonado e aí a política não deu certo, o crime alicia, vem com a bebida, vem com alguma coisa e, de repente, o sujeito recai também.

Mas nem todo mundo que está na rua é usuário de álcool e nem de droga, acaba tendo uns mais fortes que acabam não entrando nessa área.

Eu organizo o Movimento Nacional da População de Rua. No começo fizemos a primeira audiência no Ministério Público, na Fundação Escola do Ministério Público, no dia 03 de junho de 2009. Nós conseguimos trazer a população de rua, a sociedade civil e fazer um dos primeiros debates.

O segundo, em 20 de setembro de 2009, nós fizemos um seminário grande, com duzentas pessoas em situação de rua, num shopping de Curitiba. Interessante! Num shopping de Curitiba, onde trouxemos o Ministério Público e representantes da Segurança Pública, principalmente da Guarda Municipal, que mais viola a população de rua. Num momento, uma das pessoas falou: “Olha, lá naquele albergue tem uns guardas que guardam um cassetete chamado educador social”. O Promotor faz no ato buscar lá e realmente vem com o cassetete.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

E ali a primeira conquista nossa foi mudar a alimentação, porque todo mundo acha que o morador de rua é banguela, só oferece sopa. Então, nós precisamos de atenção à alimentação, é preciso uma alimentação adequada, arroz - quem não gosta de um feijão? -, ovo... Uma menina pediu em uma reunião nossa: “olha, já que vocês trazem, tem como pelo menos um dia me trazer ovo frito? Faz anos que eu não como ovo frito”. Ela pediu.

O interessante é que quem faz essas entregas é uma família de um “cara” da ROTAM, da Polícia Militar do Paraná, que saía entregando essa alimentação e nós fazíamos reunião com esse povo.

A gente consegue mudar. A gente fecha esse albergue, pedimos para o Ministério Público fechar esse albergue, porque estava se tornando um manicômio e não dava resposta. O Ministério Público fechou e pensamos no reordenamento da política no Município de Curitiba.

Hoje, nós temos um condomínio social em que o sujeito custa três mil e seiscentos reais por mês dentro de Curitiba. Nós temos vários acolhimentos com café da manhã, almoço e janta. Nós temos cinco Centros Pop.

Quem tem que fazer a primeira política da população de rua no município? Além das visitas dos trabalhadores, porque eu falo que abordagem quem faz é polícia, trabalhador não faz abordagem, a assistência é de outras áreas, fazer essas visitas, convidar esses senhores para esse Centro Pop e no Centro Pop, o caderno deixa bem claro, tem que ter uma equipe que vai conhecer o perfil desse sujeito, se for problema de álcool e droga, vamos encaminhar para o CAPS III - no CAPS III em Curitiba a pessoa fica até 30 dias -; se for questão de documentação, vamos tirar a documentação dele; se tem pendência com a Justiça, vamos encaminhar para a Defensoria Pública; se é questão de trabalho, e quando se fala em trabalho, agora são 14 milhões de pessoas, Secretário, é covardia colocar o sujeito que está na rua sem o comprovante de endereço para disputar com esses quatorze milhões de pessoas que têm casa, tem comprovante de endereço e tem CEP.

Nós precisamos pensar modelos de inclusão de geração de renda para essa população de rua.

Hoje, além de termos conseguido do Ministério do Trabalho para sete Estados, onze milhões de reais para trabalhar a economia de geração de renda, Curitiba foi uma das cidades, Porto Alegre, Belo Horizonte. Em, Minas Gerais nesse projeto a população de rua começou a fazer *coffee break* para os eventos, estava no abrigo, ia fazer o curso e hoje vários convidam eventos eles. Hoje uma parte desse pessoal está dentro do Mineirão nos dias de jogos ajudando na reciclagem, trabalhando lá dentro.

Em nenhum momento os senhores vão falar que vou pedir cobertor aqui e vou pedir comida para a rua. Não. O papel do movimento não é esse, não.

Graças a Deus têm muitas entidades, muitas igrejas, e movimentos espíritas, como foi trazido aqui, e famílias que acabam matando essa fome, fome essa que está na Constituição. Quem deveria matar a fome era o Estado brasileiro, o Poder Público, que acaba não fazendo e daí a sociedade faz o papel do Poder Público para não deixar as pessoas morrerem de fome.

É triste! É difícil você disputar com cachorro e gato aquele resto de comida que é colocado lá na lixeira.

Eu não tenho vergonha de falar que já fiz isso, já disputei com gato e cachorro resto de comida!

Hoje dentro de Curitiba, trazendo bem rápido, conseguimos avançar um pouco nessa política.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Hoje para trabalhar álcool e droga temos um ônibus chamado Intervidas, dinheiro da SENAD, um ônibus equipado, com uma equipe multidisciplinar, que faz esse primeiro contato com a população de rua usuária, vai criando acessibilidade, vai criando confiança para encaminhar o sujeito para o CAPS.

Temos também esse consultório na rua que tem dentista, tem médico, tem uma equipe que consegue acessar a população de rua mais do que a assistência. Eles entram nos lugares que a assistência não entra na cidade de Curitiba.

Isso é dignidade. É por isso que lutamos para a população de rua.

Temos uma portaria, e eu acessei a Minha Casa Minha Vida, por uma portaria que lutamos e conseguimos para que a população de rua concorresse a 3% da Minha Casa Minha Vida. Está lá, eu tenho o meu apartamento, pago o meu condomínio todo mês. Várias pessoas no País acessaram.

Em Brasília agora são 100 pessoas acessando moradia, que estavam em situação de rua e hoje estão acessando.

Agora o Estado de São Paulo depois do evento da Cracolândia, eu estava com o Secretário de Justiça do Estado, com o Secretário de Assistência, Floriano, do Município de São Paulo: tudo bem. E aí, daqui para frente, vai ser como? “- Não. Nós estamos alugando sete prédios no centro que vamos começar a trabalhar uma política social. Nós queremos criar repúblicas sociais, quatro pessoas morando dentro desse espaço”.

É neste sentido que avançamos. Aquela política de regeneração, que o Prefeito Dória queria mudar.

O Prefeito de Brusque queria - no ano passado, fui para Brusque - criar um projeto de lei para que quem não quisesse acessar as comunidades terapêuticas iria ser judicializada.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos foi lá, se reuniu com o Promotor, como reunimos hoje com o Promotor de Justiça de Cuiabá, reunimos Defensoria Pública e o Conselho Nacional de Direitos mandou falar: “Nós não aceitamos isso, como não aceitamos em São Paulo”.

O juiz que deu a liminar ao Dória, traz no jornal. “Desculpa, se eu soubesse que o Prefeito Dória ia fazer isso, eu não teria dado essa liminar.” Porque os outros companheiros deles, um seguiu a liminar e o Tribunal de Justiça de São Paulo arquivou.

O nosso papel no Conselho de Direitos Humanos é esse é chegar no Prefeito e falar: “Nós vamos barrar.” Até porque o Estado brasileiro está na OEA, é credenciado na ONU. O Conselho que eu estou agora, está sendo assinado, está entrando na ONU agora também. Então, o Brasil deve e tem que respeitar alguns acordos em nível internacional. É nesse sentido que nós tentamos garantir.

Mas temos essa política, como a Doutora falou Decreto nº 7.053, mas tem recurso no MDS para acolhimento, para abordagem.

Só para resumir, Curitiba tem cinco mil pessoas em situação de rua. Saímos de 300 vagas de acolhimento durante dez anos e hoje tem quase mil, chegou a 1.100. São Paulo tem oito mil vagas de acolhimento.

O que descobrimos?

Nós conseguimos ampliar as vagas de acolhimento da cidade de Curitiba, conseguimos recurso e descobrimos que estávamos mantendo o povo na rua, porque dentro dos acolhimentos o cara recebia o café da manhã, o almoço e uma janta, ia na praça dar uma volta e não tinha ninguém.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Esse condomínio social que a Secretária Municipal de Assistência Social de Curitiba fala para mim: “Sr. Leonildo, cada pessoa, aqui, custa R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).” E eu falei: Secretária, há dois anos, sentei com o Ministério Público de Curitiba, sentamos e dissemos: “Daqui a dois anos a senhora pede o nome das pessoas que estão entrando nesse condomínio?”. Secretário, vieram todos para a rua. Passaram-se dois anos e estava todo mundo na rua. Você tem que achar política! E nós descobrimos que a assistência é a porta de entrada. Se a saúde não funcionasse, se o trabalho não funcionasse, se cabide não for a moradia... Eu não estou falando em ser dono da moradia, não... Eu estou falando que desde que judicializamos a DPU - Defensoria Pública da União, foi judicializado, o Governo Federal pagou o auxílio moradia de R\$ 745,00 (setecentos e quarenta e cinco reais) para a população de rua e a Defensoria entrou com argumento em cima. Se os Juízes, os Promotores e, me corrigiram ontem, nem todos os juízes, nem todos os Promotores recebem. Recebem o salário e auxílio, por que a população de rua que paga impostos todos os dias, paga imposto mais caro desse País...? Já que a parte conservadora fala que o morador de rua só fica bebendo e fumando, então ele paga mais imposto que qualquer um. Porque se fica o dia inteiro bebendo, está pagando imposto e imposto caro. Então, ele tem direito se formos fechar isso. Se nós formos fazer por isso. Nós estamos falando de uma constituição, da Constituição Brasileira! E é isso que tentamos nos Estados brasileiros: fazer com que adiram à política estadual e a do município também.

Eu participo do Comitê Nacional e a cada dois meses, quarenta e cinco dias/dois meses, eu sento com novos Ministérios. E nesse Ministério que pensamos em política nacional da população de rua. É lá que eu trabalho, é lá que é a habitação, é lá que é o MDS – Ministério de Desenvolvimento Social, é lá que é a segurança pública. Nós discutimos a segurança pública da população de rua também. Não é porque é polícia que não tem que fazer a segurança da população de rua, ao contrário! A segurança pública não pode estar lá só quando o outro cidadão liga para ele. Isso nós discutimos. Em Cuiabá foi feita uma pesquisa pelo Ministério da Justiça junto com a Segurança Pública e a população de rua. Não deu tempo de ler, porque eu recebi agora do Ministério da Justiça esse relatório sobre a Segurança Pública do Estado e a população de rua de Cuiabá.

Porque é o que falo a vocês, lá, Coronel, o Coronel Bandaruk, os outros Coronéis lá, o Coronel Bittencourt, nos convidam para fazer a formação dentro. Fiz ano passado, 94 cadetes dentro da Fundação Escola do Ministério Público e teve cadete que disse; “Desculpe-nos, se existe, dentro da nossa corporação, gente que tem esse tipo de atitude”.

Sentimo-nos aliviados quando chegamos a um espaço desses e encontramos dois ou três agentes públicos, de Segurança Pública, que tem uma fala dessa. É esse espaço que ocupamos. É dessa forma que trabalhamos o Movimento Nacional da População de Rua.

Bolsa Família, hoje, Cadastro Único, a tipificação da política da população em situação de rua. Se eu fosse falar para vocês, durante todo esse tempo em Brasília, o que conseguimos de recurso, temos recurso, mas precisa de vontade política dos municípios e do Estado para aderir a essa política.

Ficarei muito mais na expectativa das dúvidas, porque o tempo é pequeno e acho que nos esquecemos de muita coisa, mas vocês que estão aí, tenho certeza de que têm muitas perguntas para nós que estamos aqui na mesa, os palestrantes. Estamos para contribuir.

Vimos, Secretário e Deputado Jajah Neves, para somar, queremos trazer essa política para cá e é isso. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Mais uma vez agradeço a sua presença aqui, Leonildo, que vem nos mostrar a realidade e o sentimento não só com o olhar do Estado de Mato Grosso ou da nossa região metropolitana, que a cada tempo cresce e cresce a passos largos.

Quem conheceu Cuiabá de dez anos atrás e vê Cuiabá de hoje, acho que Wilson que teve oportunidade de ser Prefeito dessa cidade, contribuiu tanto para essa nova Cuiabá que temos; realmente desconhece...

Já está quase acabando o conceito que vamos a São Paulo e perguntam se tem jacaré na rua atravessando. Já estão perguntando se é em Poconé que tem o Jacaré na rua, em Cuiabá eles sabem que não tem. Então, é muito importante essa visão que você trás de Brasil e de mundo, porque as dificuldades, as necessidades dos moradores em situação de rua são idênticas aqui, em São Paulo e em qualquer outro local.

Eu vou abrir um debate entre mesa e convidados, nós temos vários inscritos, eu gostaria de pedir a gentileza que estão todos os inscritos seria três minutos para cada um, para ouvir todos, eu quero ouvir todos aqui, mas antes disso, o nosso amigo Secretário Wilson Santos, que chegou mancando aqui, estou perguntando a ele o que aconteceu, ele tem uma consulta médica e vai ter que ausentar.

Então, eu gostaria que Vossa Excelência nos brindasse mais um pouco aqui com sua fala, Secretário.

O SR. WILSON SANTOS - Deputado Jajah Neves, quero só me despedir, eu tenho uma consulta agora, eu tive uma ruptura de uma veia na altura da virilha, estou com hematomas imensos, é difícil conseguir médico, eu consegui agora para às 16h30min.

Mas quero dizer, Leonildo, primeiro da satisfação em saber que você tem algo muito em comum conosco, mato-grossenses, seu pai é daqui de Mato Grosso, você tornou-se uma liderança desse movimento, movimento que nós respeitamos e reconhecemos que essa minoria precisa ser ouvida.

Eu vejo os dois lados, eu não vejo só o lado da caridade, da pena não, porque quando alguns estão completamente dopados, alucinados pela droga essas pessoas ficam incontroláveis, não é assim tão simplesinho não, bacana.

Ali naquele estágio completamente embriagado, drogado, coloca a população em risco, não só a si próprio, como os seus colegas, como qualquer um, nós sabemos os efeitos que as drogas provocam em qualquer ser humano, seja ele morador de rua, seja ele classe média, seja ele um servidor público, empresário...

Então, esse estado é extremamente perigoso para todos, tira a vida do pai, da mãe, do parceiro, do cônjuge de quem quer seja. Esse estágio é extremamente preocupante, é um estado que ninguém quer que, meu filho, meu neto, quem quer que seja, se encontre, é um estado extremamente delicado e perigoso, altamente perigoso. Leonildo, quero dizer que essa proposta da Defensoria Pública da União de criar um auxílio-moradia é algo que eu penso ser objeto de estudos e debates. Isso também não precisa ser só debatido em nível nacional, mas pode ser em nível estadual, em nível municipal. Tem tantos cartões, tem até cartão de presidiário, você mata alguém e vai para a cadeia e sua família recebe 900, 800 contos por filho, por namorado, por esposa que tiver. Quer dizer, então, tem cartão para tudo quanto é tipo nesse País, juiz recebendo trezentos mil, quatrocentos mil de remuneração. Quer dizer, ninguém sabe mais regras.

Esses dias, eu li um ministro do Supremo dizendo que o Brasil não vai dar certo, porque ninguém cumpre lei, que os primeiros a desrespeitar a lei são magistrados, deputados,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

promotores, defensores, que vivem a criar auxílios, auxílios, e auxílios e auxílios. Esses auxílios acabam sendo maiores do que a do próprio... Virou uma loucura, ninguém entende mais nada.

Nesse universo, Alonso, que está... Eu não vejo o absurdo discutir essa possibilidade. Eu não vejo nenhum absurdo. Uma discussão civilizada, madura, responsável, de se propor a criação de um auxílio-moradia provisória, até que essa pessoa saia dessa condição. Não é isso? Até que ela seja... O grande desafio é a ressocialização, que eu entendo... Ninguém quer viver eternamente em situação de rua. Todos que puderem sair, querem sair, buscar, por meio de uma capacitação, um trabalho. Todos querem sair, inclusive, comprometidos em ajudar os que ficaram. Eu sinto essa solidariedade. A pessoa está ali no momento provisório. Não pode ser eterno.

Então, Deputado Jajah Neves, eu peço licença, quero agradecer o convite para participar desta importante Audiência Pública, eu disse à Dr^a Rosana que há um projeto de lei tramitando nesta Casa, e se Vossa Excelência pudesse estimular por meio dos mecanismos regimentais aqui da Assembleia Legislativa a apreciação dessa matéria, quem sabe até uma nova Audiência Pública específica para tratar desse projeto que propõe uma política pública para populações em situação de rua em Mato Grosso e numa política estadual. Vossa Excelência poderia, com a Deputada Janaina Riva, discutir neste ambiente público aqui. Tenho certeza de que... Agradeço a presença também da Prefeitura de Cuiabá, porque essa é uma situação que o Prefeito Emanuel Pinheiro está herdando, está assumindo, não é fácil, não é simples. Se fosse fácil já estaria resolvida a situação, ela é complexa, não é tão simples assim.

Agora mesmo, recebi a cópia de um futuro abaixo-assinado dos moradores da região da Rua 12 de Outubro - a líder me mostrou - que querem a retirada imediata dos ocupantes daquela casa ao lado do Artista Plástico Adir Sodré, alegando que mais de trinta residências já foram roubadas, furtadas, assaltadas, arrombadas e a população quer a retirada imediata.

Eu falei pelo telefone com o Prefeito Emanuel Pinheiro, Coronel Leovaldo Sales, e ele disse: “Wilson, nós estamos tentando localizar outros imóveis, mas todas as vezes que a comunidade sabe que aquele imóvel será ocupado pela população de rua, eles já se organizam e não aceitam, já fazem passeatas, fazem abaixo-assinado, ligam, ameaçam. Ninguém quer esse tipo de população por perto. Ninguém quer.” E a Presidente mostrou a mim e ao Deputado Jajah Neves que ela está colhendo assinaturas para levar ao Prefeito, trazer aqui ao Deputado, a todos nós, para retirar imediatamente aquelas pessoas que ali se encontram.

É um desafio para a nossa geração, nós não podemos dar uma de avestruz, é um desafio, nós não sabemos o caminho. Ninguém aqui tem a fórmula. Agora, o caminho para encontrar a fórmula é o debate, é o diálogo, é a conversa. É a conversação.

Então, eu fico muito feliz com a realização desse diálogo e cumpro um compromisso, Dr^a Rosana. Naquela noite, quando eu disse a todos aqueles atores envolvidos que nós provocaríamos o Parlamento Estadual para que abrisse esse debate aqui em Cuiabá.

Muito obrigado a todos...

Pois não, Alonso!

(O SR. ALONSO ALCÂNTARA MOURA FAZ UMA INTERVENÇÃO - INAUDÍVEL.)

O SR. WILSON SANTOS - O Alonso pede para eu fazer uma pergunta. Levantem o braço: quem foi acolhido recentemente em comunidades terapêuticas?

(OS PARTICIPANTES LEVANTAM O BRAÇO.)

O SR. WILSON SANTOS - Quase todo mundo, 80%.

Pode falar, Alonso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

O SR. ALONSO ALCÂNTARA MOURA - O juiz foi convidado e ele deu a palavra. Na minha casa, eu coloquei terno para ver se nascia algum ditado, algum discurso. Eu li um livro anteontem, ontem, e não consegui captar nada.

Eu sei que muitos aqui têm que agradecer a Deus por Deus ter dado estudo para eles, por Deus ter capacitado. Mas, que esse estudo, essa capacitação sirva e tenha relacionamento com o ser humano.

Nós de comunidade, nós falamos, eu ouvi o Deputado Jajah Neves falar que temos que criar políticas públicas. Políticas públicas, Deputado, estão criadas e muito. Está ali o Secretário Wiltinho, não tem dinheiro. Está aqui o Secretário Sales, não tem dinheiro. Está aqui o pessoal da Secretaria de Justiça, na pessoa de Mário Quidá, não tem dinheiro. Já tem o carro, o que falta é combustível.

Perguntamos assim... Em João 10, fala: “A ovelha conhece o pastor e o segue.” E as pessoas quando você fala de políticas públicas, olhamos para as pessoas e conhecemos as pessoas que mexemos com elas, por exemplo, Dona Roseane, levanta aí.
(A SRª ROSEANE SE LEVANTA.)

O SR. ALONSO ALCÂNTARA MOURA - Como a senhora chegou numa comunidade? Cadê o seu filho?
(A SRª ROSEANE RESPONDE AO ORADOR FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL - E LEVANTA O BEBÊ QUE ESTÁ NO BEBÊ-CONFORTO.)

O SR. ALONSO ALCÂNTARA MOURA - Isso é política pública, é isso que tem que começar: ouvir... E não coisa que está escrito em papel (PALMAS). Não é coisa que está em papel. Ler lei, passar a noite inteira lendo lei, justiça, e não colocar o ser humano no coração. Essa mulher estava em situação de rua, em 16 dias, ela saiu do hospital e ficou jogada na rua e foi para a Comunidade Terapêutica Tenda de Abraão, da Pastora Maria. (PALMAS)

Nós nos conhecemos, nós conseguimos falar a língua desse povo, porque nós os tratamos por filhos. Nós não os tratamos por drogados, não os tratamos por cachaceiros, porque cuidamos de ser humano. Então, tem que levar essa coisa mais a sério. (PALMAS)

A Dona Nice. Quem é Dona Nice?
(A SRª NICE RESPONDE: “EU, CLEONICE BATISTA DOS SANTOS.”)

O SR. ALONSO ALCÂNTARA MOURA - Situação de quê?
A Srª Cleonice Batista dos Santos - Várias vezes, eu passei pelo Aduino Botelho, no tempo em que dava choque. Lá os guardas abusaram de mim, eu era virgem, tinha 12 anos. Os médicos tiveram relação sexual comigo, eu tinha 12 anos. Nunca teve alguém que cuidasse de mim. Então, eu fui para as ruas, conheci as drogas, tenho família, tenho casa e quem me acolheu foram a mãe e o pai.

Somos da Tenda de Abraão, conhecemos o nosso Deus, o que falta na cabeça dos deputados é buscar a sabedoria de Deus, porque quem dá a sabedoria é Deus. (PALMAS)

O SR. ALONSO ALCÂNTARA MOURA - Amém! É essa a situação.
Eu vou andar mais longe. Eu vou quebrar o protocolo desta situação.
Tem Antônio Peteté, 40 anos no ponto de droga no Porto.
Fala aí, Antônio. Não fala muito, não, porque atrapalha o tempo aqui.

O SR. ANTÔNIO PETETÉ - Eu sou ex-dependente químico. Usei droga por 40 anos. Trafiquei por 40 anos. Tive dois enfartos e tive cirrose, início de cirrose. Hoje, tem 10 anos que eu estou limpo. Há 10 anos limpo! Hoje, eu ajudo o Centro Terapêutico Paraíso. Eu sou um dos responsáveis por ajudar o Alonso e a comunidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

O SR. ALONSO ALCÂNTARA MOURA – É isso que eu quero.

Eu só vou fazer novamente uma pergunta...

A música do passado falava: “E agora José?” Mário Kono subiu e falou: “E agora?”. Nós não temos texto montado. Nós temos coração preparado para gostar do próximo. É isso que nós temos!

Eu quero que com esta Audiência Pública se pare com essa situação de formular política pública que não chegará a lugar nenhum.

Temos ali o Wiltinho, uma pessoa decente. Ontem, anteontem, à noite, eu falei para ele: eu gosto de falar com o senhor. O senhor é humilde. Eu ligo para o senhor e o senhor retorna. O Coronel Salles, Mário Quidá.

Tem que se criar uma política que criará uma LOA. Coloque no orçamento do Governo, porque não adianta ter a Secretaria do Coronel Salles, Ordem Pública; não adianta ter Wiltinho; não adianta ter a Saúde, não adianta ter nada, se esse dinheiro não chega.

Eu agradeço e que Deus tenha misericórdia de mim. (PALMAS)

O SR. WILSON SANTOS - Alonso, eu quero parabenizá-lo e dizer que o que você faz já é política. Isso é política! É um conjunto de ações organizadas, coordenadas, que atingem o fim. O que você está fazendo é política. Você está de parabéns! Você pede é mais condições para fazer e garantir nos orçamentos, na LDO, na LOA condições para que as casas terapêuticas, para que os conselhos municipais, estaduais, universidades, defensoria... Isso é política!

Então, queremos aqui ter dentro da nossa realidade estadual, municipal, um conjunto de ações que garanta legalmente os recursos necessários e suficientes para fazer esse acolhimento e essa transformação que vocês tem feito, no caso aqui específico por meio da palavra da Bíblia, da pregação, da Bíblia, do cristianismo. Lá não tem religião nem A e nem B. Lá qualquer um que chegar, da umbanda, do espiritismo, é acolhido, recebido.

Muito obrigado, gente!

Um abraço a todos vocês e parabéns pela presença! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Eu gostaria, antes de tudo, de pedir uma salva de palmas ao Sr. Alonso, por gentileza. (PALMAS)

Sr. Alonso, não existe ambiente mais saudável do que este que estamos vivenciando, mas o problema não é a política pública. É a execução dessa política e que ela aconteça.

O dia que eu tive a oportunidade de assumir neste Parlamento eu disse uma coisa, Alonso: não podemos deixar que o mandato, que o paletó, que o broche, que a tribuna afaste o Parlamentar do cidadão, mas, sim, trazer o cidadão para o Parlamento.

O que você fez foi um exemplo de conhecimento, de sentimento, de verdade, de sentir na pele. Agora, se não houver este momento; se não houver essas manifestações verdadeiras com pessoas envolvidas, de fato, que sentem na pele, que precisam de mudança e manifestação, não teremos resultado. A organização é fundamental; a organização é soberana; o poder é do povo. Quem constitui o Deputado? Quem constitui as leis? O poder soberano é o povo! E o povo que tem que ter esse poder, sem sombra de dúvidas, é o povo de Deus, que respeita o ser humano, que respeita os princípios cristãos. Às vezes, me dói saber do lar que eu tenho, da estrutura que temos e passamos. E não tem como, porque não somos cegos. Olha a realidade! Quer ver, eu não posso falar: Jajah você veio de situação de rua? Nunca! Mas eu venho de uma família humilde, de uma professora que lecionou por 25 anos em escola estadual. Sofredora, porque me apresentem um professor que não é um sofredor! Agora, o que temos que entender aqui é que as pessoas que vivem

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

em situação de rua não são apêndices, que têm que ser extirpadas da sociedade. Elas fazem parte da sociedade. O problema tem é que ser resolvido e não extirpado. Não é chegar e dizer: eu não os quero ali; não os quero assim. Nós temos é que resolver o problema e resolver de fato.

E, Alonso, eu quero lhe dizer que se tem uma briga que eu travei, nesta Casa, foi para presidir a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, porque estou cansado de ver direitos humanos defendendo desumanos. Os Direitos Humanos têm que defender humanos, de verdade, e não pessoas que se escondem atrás de direitos que, de fato, não são relevantes a elas. E pessoas que vivem em situação de rua, essas sim, precisam dessa atenção.

Então, você pode ter certeza que enquanto estiver neste Parlamento, esse tema será diariamente discutido, sim, e o caminho que faremos é este aqui. (PALMAS)

Fiquei muito feliz de ver a situação, porque dessa maneira, por meio dessa atitude que pararemos, sim, os poderes chamaremos a atenção e mostrar que a responsabilidade é nossa e temos que resolver e não extirpar, porque é muito simples, abaixo assinado, tira ali, bota ali. O que é isso? Vamos resolver a situação e não condicionar pessoas.

Leonildo, eu defendo muito, mas não é condicionar a pessoa à situação de rua. Dar a ela: ah, você está aqui? Então, vou resolver o seu problema. Eu vou lhe dar auxílio-rua. Então, agora, o trabalhador que está dentro de casa, que está desempregado, vai à rua para ter o auxílio. Espere aí! Precisamos resolver o problema! Resolver! Não estou aqui para fazer discurso fácil ou concordar.

Ontem, postei na minha rede social: tem gente que usa escudo de aço. O meu escudo é chamado Deus. (PALMAS) E o homem de fé sabe o que faz e não teme.

Então, as políticas assistencialistas, clientelistas, demagogas, eu sou contra. Muita gente pode falar: “Jajah, você está fazendo loucura. Você não é o Deputado do povo? É o povo que precisa!” O povo não precisa de migalha, o povo não precisa de esmola. O povo precisa é de condição, de preparo, de oportunidade, porque a melhor coisa que dignifica o homem é o suor do seu trabalho e a palavra diz isso.

Muito obrigada a cada um de vocês. (PALMAS)

Desculpem, talvez, a minha exaltação, mas eu vivo, diariamente, e sei o que é a situação das pessoas que não têm nem o que comer dentro de casa. E não é em outro lugar, não! É aqui, em Cuiabá; é em Várzea Grande.

Gostaria de promover, agora, essa discussão, essa interação.

O Cerimonial me ajude, porque eu quero que todos falem aqui quem quiser falar, mas gostaria de ter esse tempo. Vamos pontuar 3 minutos, um da mesa e um da plateia até pegarmos todos que têm para falar.

Quero começar ouvindo as pessoas inscritas da plateia que estão aqui e nós, em condição que estamos de ser representantes de setores, de segmentos, temos muito mais é que ouvir, porque, neste momento, o poder de discernimento, de decisão, está em nossas mãos. Ocupamos cargos para isso, mas quem precisa está do lado de lá. São essas pessoas que temos que ouvir. Estamos mais para ouvir do que para falar aqui.

Convido a Sr^a Andreia Amorim, que é Presidente do Conselho Regional, que está aqui, por gentileza, para compor a mesa conosco.

Quero começar ouvindo Sr. José Mendes de Oliveira.

Jovem estudante, estamos aqui pra ouvi-lo.

O SR. JOSÉ MENDES DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Sou muito grato de estar aqui em cima falando. Não sou merecedor, como muitos aqui, sou pecador, fui escravo da maconha durante três anos, hoje estou sóbrio graças a duas pessoas que estão aqui, primeiramente, a Deus, porque ele que me sustentou...

Quero tirar uma dúvida, porque conversei com muitas pessoas e me falaram que a casa de recuperação não aceita menores. Quem entende dessa lei pode me explicar?

A SR^a ROSANE ESTEVES MONTEIRO - Eu já trabalhei na Vara da Infância e Adolescência na época que estava no interior e vi casos de adolescentes acolhidos em comunidades terapêuticas. Isso eu já vi.

O SR. JOSÉ MENDES DE OLIVEIRA - Então, tá bom. Só isso que eu queria saber.

A SR^a MORGANA MOREIRA MOURA - Só uma observação a uma pergunta que o colega me fez.

Meu nome é Morgana, estou como Presidente do Conselho Regional de Psicologia.

Essa é uma pergunta muito boa que você fez, até porque temos hoje instituições que fazem o movimento de acolher somente adolescentes. Sempre reforçamos o direito fundamental da criança e do adolescente, que é o Estatuto, o ECA.

É sempre importante olhar como a instituição vem fazendo, porque sempre temos que garantir os direitos que são preconizados no ECA: Esse adolescente tem acesso à educação regular? Esse adolescente está tendo acesso à convivência comunitária? Está tendo acesso ao lazer ao brincar? Isso nós sempre temos que olhar.

Por isso, quando vamos pegar as referências do Conselho Nacional e Defesa da Criança e do Adolescente, a referência é justamente que não se interne. Não está prevista internação para criança e adolescente.

Existem intervenções para crianças e adolescentes no âmbito da saúde, no âmbito da assistência social, mas, justamente, intervenções para garantir os direitos fundamentais que estão no ECA, porque não tem como tratar um adolescente como um adulto. Temos todo um processo de formação e um processo não só físico, mas desenvolvimento emocional subjetivo que tem que ser considerado também.

Então, uma coisa que às vezes não vemos dentro das boas vontades, uma coisa que sempre falo até mesmo para o Sr. Alonso... Não é, Sr. Alonso? Nós vemos muita boa vontade nas pessoas, mas temos que tomar cuidado, porque de boa vontade o inferno está cheio também. Muita boa vontade, mas essa boa vontade precisa vir respaldada e fundamentada com o apoio de uma equipe competente, com um apoio de profissionais competentes e não só boa vontade.

Eu não sei se cheguei a responder, mas espero que fique de orientação.

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Passo a palavra ao colega Mario Quidá.

O SR. MÁRIO QUIDÁ NETO - Boa tarde a todos!

Meu nome é Mário. Sou Superintendente de Políticas sobre Drogas da SEJUDH. Estou à frente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas e, realmente, esse assunto levantado pelo jovem dentro do Conselho tem provocado muito debate. Há uma legislação controversa sobre o tema. Inclusive, recebemos muitas denúncias, pedidos de fiscalização de comunidades terapêuticas que estão atendendo menores. Eu tenho participado dessa fiscalização.

Recentemente, eu estive em duas comunidades terapêuticas, uma chamada Renascer e a outra chamada Reviver que atende menores. Uma fica na região do Coxipó, no

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Balneário Letícia, a outra em Várzea Grande. Eu fiz questão de ir pessoalmente, porque sabia que envolvia menores.

Chegando ao Balneário Letícia, encontrei doze menores de diversas cidades do Estado. Esses doze menores eu os entrevistei pessoalmente e todos afirmaram que chegaram lá de maneira involuntária, ninguém pediu para estar ali. As famílias deles procuram o Ministério Público, o Ministério Público solicitou ao Judiciário, que determinou esse acolhimento involuntário, essa internação compulsória, como alguns dizem, embora não seja exatamente compulsória, é involuntária.

Mas, ao mesmo tempo perguntei a eles: vocês estão bem aqui? Vocês gostariam de estar aqui neste momento? Todos eles, os doze do Balneário Letícia e os dez que estão em Várzea Grande na Reviver, afirmaram: “Graças a Deus, eu estou aqui hoje, porque se não estivesse, se não tivesse essa decisão judicial para cumprir nove meses aqui, eu estaria na rua, usando droga e praticando diversos delitos, inclusive muitos à mão armada”. Todos afirmaram isso.

Então, eu admito que haja essa questão técnica. Dentro do Conselho há muita controvérsia, Conselho de Serviço Social, Conselho de Psicologia, minha amiga Morgana, mas não podemos negar a realidade dos fatos. São adolescentes que estão afirmando que foi a única forma de sair daquela situação de rua, de crime e de droga.

Nós temos, sim, que entender que o Poder Público não consegue... Hoje não temos uma rede pública, a Rede de Atenção Psicossocial-RAPs não tem toda estrutura necessária... Curitiba é uma referência e lá eu sei que os CAPS AD III, que é a rede de Atenção Psicossocial, trabalham em conjunto com as comunidades terapêuticas.

Eu, inclusive, estava aqui conversando com o nosso amigo de Curitiba, dizendo que através do Fundo Nacional de Drogas, o FUNAD, a SENAD, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, envia recursos para comunidades terapêuticas em Curitiba.

Então, por que nós também não podemos trabalhar em conjunto? Essa é a intenção! Vamos unir o público com o privado! Esse é um assunto que todos estão do mesmo lado.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Muito obrigado pelas palavras, nosso amigo Mário Quidá.

Vamos ouvir agora o Luciano Breciane (AUSENTE); Manoel Duarte (AUSENTE); Denival Bitencourt (AUSENTE); Francisco Lopes Xavier (AUSENTE); Davi Cardoso.

O SR. DAVI CARDOSO - Boa tarde a todos!

O meu nome é Davi Cardoso; sou do Consultório na Rua; sou da Psicanálise na Rua; sou da Associação Brasileira de Redutoras e Redutores de Danos-ABORDA, represento o Estado de Mato Grosso nessa organização; sou um redutor de danos.

Eu vejo que tem uma clientela bem grande aqui.

Tem alguém que veio da Ilha da Banana que pode se levantar neste momento?

Só um? Dois. Três. Para vocês verem, dos três, eu conheço um, conheço um! Não irei ficar falando quem é, quem não é, eu trabalho com essa clientela, eu atuo nas ruas de Cuiabá, entro onde as pessoas não entram.

Esse Fórum, o GT, que eu participo também que foi criado para essa população de rua, poucos deles são representados realmente por nós, porque a fala da rua é bem assim: “É de nós para nós”. Mas cadê nós para falar de nós?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Estou aqui para falar de nós, porque eu vivo na rua, não moro na rua, porque não tem como morar na rua.

Vocês já viram alguém morando na rua? Não né?

Darei um exemplo, tem uma pessoa morando em Cuiabá. Eu afirmo que ela está morando na rua.

Vai lá no Jardim Leblon, na Rua 4 de Janeiro e essa pessoa está na rua, em cima da rua, essa está morando na rua, as demais estão em situação de rua, mas tem muitas pessoas em situação e rua.

Por essas pessoas que estão em situação de rua que nos viemos aqui para brigar. Aquelas que estão lá no Morro da Luz agora - se vocês forem lá tem um monte no Morro da Luz -, não é por elas que estou brigando, estou brigando por aquelas pessoas que estão transitando nas ruas de Cuiabá, que à noite dormem na calçada. São por essas pessoas que estou brigando.

Não estou brigando por “x”, pessoas que ficam fazendo uso de drogas...

(O CERIMONIAL INFORMA AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ESGOTOU.)

O SR. DAVI CARDOSO - O meu tempo acabou.

Eu queria falar com o Wilson Santos, porque ele foi lá e derrubou a Ilha da Banana, mas ainda tem um monte de casas lá em cima.

Eles vão cercar o Morro da Luz agora? Qual é o próximo passo? Eles querem cercar o Morro da Luz? Qual é o convênio da vez agora? É o VLT? O BRT? Qual é o da vez agora? Eu não sei qual é! Porque eles tentaram, fizeram o que fizeram, foi avisado que se fizesse aquilo o pessoal ia demandar para o Morro da Luz e o pessoal demandou para o Morro da Luz.

O nosso Morro da Luz, que era lindo, até pegou fogo há alguns dias!

Eu fico pensando, esse pessoal joga água, queima o Morro da Luz...

Eu queria falar com o Coronel Sales também porque a polícia, infelizmente, faz o papel dela. Ela é cobrada pela sociedade.

Aqueles que estão lá na 12 de Outubro são pessoas. São pessoas!

Infelizmente, o meu tempo acabou. O pessoal está aqui: “O seu tempo acabou, o seu tempo acabou.” Eu sei que o meu tempo acabou. O meu tempo acabou faz horas. Vai fechar a Casa às 17h. (PALMAS)

Obrigado. Desculpem-me por extrapolar o tempo, mas é assim mesmo.

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Davi, quando da minha fala a respeito do Alonso eu disse e repito, você com a sensibilidade, o conhecimento de viver isso, de estar presente, convivendo com isso, acabei de dizer aqui, sabe que as pessoas que estão em situação de rua não são um apêndice que você vai extirpar e estará resolvido o problema. Essas pessoas têm que ser reintegradas, porque elas fazem parte disso. Enquanto elas não forem vistas da maneira que você acabou de citar aqui, realmente é um problema.

É essa a situação que eu disse quanto aos direitos humanos, defender de fato esses humanos que precisam dos seus direitos preservados e respeitados.

É esse entendimento que estamos buscando aqui, sem sombra de dúvida.

Não é algo que você vai e tira um problema. Não! Um dos seus dedos pode quebrar, vai lá ajusta e conserta. Você não vai corta um dedo, corta outro. Não!

Então, temos que curar esse problema, resolver essa situação.

Eu quero ouvir a Andrea Amorim, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social de Mato Grosso, que já entra numa parte interessante da fala.

Andrea, por gentileza.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

A SR^a ANDREA AMORIM - Deputado Jajah Neves, primeiramente, muito obrigada pela oportunidade, o convite que foi bastante incisivo conosco.

Nós estamos participando dessas discussões juntos na luta e, diante desse cenário que estamos vivendo, que já foi dito por muitos que estão participando, nós queremos saber onde está o dinheiro - não é, Alonso?

Onde está o dinheiro? O gato comeu? O gato comeu. Ninguém viu? Ninguém viu. Quem viu? Diga quem viu?

Não adianta falar de políticas públicas, não adianta realmente. Neste sentido eu concordo com você, se não falarmos de dinheiro, porque políticas públicas não se faz, eu disse isso várias vezes, de sonho. Nós sonhamos, mas precisamos concretizar.

Eu, aos 30 anos e alguns meses, posso dizer que me sinto muito feliz em viver hoje num Estado democrático, um Estado de direito e é desse Estado que estamos falando. E quando estamos falando do Estado não estamos negando nem rechaçando as iniciativas privadas, porque nós sabemos, porque estudamos, nos sentamos, sim, num banco de faculdade por quatro anos e mais dois anos de mestrado, não fizemos o doutorado porque não quisemos realmente, porque o que nos ensina é a vida cotidiana e a experiência que tenho tido com os quinze anos de profissão na área da assistência social, que é uma área que nos toca muito.

Quando falamos da questão da população em situação de rua e da questão das drogas, é um tema muito familiar, Deputado, porque cada um de nós tem uma história familiar. Eu tenho muito próxima com cunhado, com irmã. Então, sabemos do que estamos falando, de pessoas que já passaram por entidades por várias vezes e que voltaram, tiveram que voltar para casa, porque o lugar delas é em casa, é em algum lugar, é debaixo de um teto.

Não é ao relento que queremos os nossos filhos, os nossos sobrinhos. Não é ao relento, mas é debaixo de algum lugar onde tenha calor humano, onde haja amor.

Sabemos que não são as políticas públicas que assegurarão isso efetivamente, são as pessoas que tem a responsabilidade de cuidar.

Não existe um curso para ensinar a cuidar de ninguém, mas temos princípios, temos diretrizes, as entidades filantrópicas ensinam, as religiosas ensinam - eu tenho minha religião e a minha religião ensina - a amar, ensinam a cuidar, mas nós estamos também falando de políticas e de dever. E é nesse sentido, nesse tom - e queremos realmente essa parceria público-privado, mas nós sabemos que a pessoa sai da comunidade e tem que voltar, tem que trabalhar.

Eu conheço uma, duas pessoas que estão na luta, gente de dentro da minha família que estão procurando emprego.

Foi dito no Fórum, o Sr. Leonildo falou muito bem, ele pode falar muito melhor do que eu, porque ele veio de lá, ele vivenciou, experienciou isso. É disso que estamos falando, é disso que o Sr. Davi está falando, das experiências, de respeitarmos, de assegurarmos os direitos humanos e sociais.

Sr. Alonso, não nos tenham como inimigos de vocês. Nós não somos inimigos, somos parceiros e o que queremos é justiça, queremos é cobrar, cobrar do Secretário, que já foi embora, cobrar do Superintender de Política sobre Droga, que já está aqui, dos Deputados, dos Vereadores. É esse o nosso papel como cidadão, como cidadã.

Então, agradeço.

Tenho certeza de que desta Audiência sairão frutos, sairá uma árvore frondosa, uma árvore linda que gerará muitos frutos e cairão muitas folhas, muita sombra boa e é disso que falamos, de respeito, de amor, de dignidade. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Sábias palavras, Sr^a Andreia.

Quero ouvir, bom que ela especificou, cada um coloca seu nome e ela colocou Maria Helena Bezerra Cidadã. Onde está a cidadã? (RISOS) Maria Helena Bezerra, eu gostei da justificativa, especifica como cidadã.

A SR^a MARIA HELENA BEZERRA - Boa tarde a todos.

Até porque a pergunta foi feita, pois sou servidora do Poder Judiciário, não estou representando o Poder Judiciário, em todos os eventos que faço como anônima sempre digo; “Ah, eles conhecem, você é servidora do Poder Judiciário”, sim, mas estou como cidadã para reivindicar o direito e nós, enquanto povo, temos esse direito garantido pela Constituição.

Muito nos entristece quando temos que lutar por algo que temos de direito e que deveria ser algo que viesse de encontro com a sociedade e a ansiedade do povo, mas sabemos que não é bem assim que acontece.

Como servidora há mais de vinte e seis anos no Poder Judiciário, sou instrutora de mediação, sou supervisora da área de mediação pelo Tribunal de Justiça.

Hoje estou no Fórum da capital e trabalho como voluntária nas escolas públicas, faço um dever que deveria ser do Estado, levar a criança a ter como prevenir o conflito dentro da escola, no lar, onde sabemos que as nossas famílias são a própria sociedade.

É o reflexo dessa família desestruturada em que não há uma política pública eficaz e vemos dentro das nossas escolas crianças que vão com fome; falta merenda escolar, infelizmente, os professores deveriam estar mais capacitados, mas a política voltada também não é efetiva e eu atuo há alguns anos dentro das escolas públicas, levo aos pais conhecimentos que também o Estado deveria fornecer e não fornece, como disciplina de filhos.

Hoje, trabalhando com mediação dentro das escolas, visualizamos a desestruturação familiar que leva à consequência da violência.

Há alguns anos já vem, como disse, eu vim mais para conhecer um pouco e saber se realmente existia essa política, Dr^a Rosana. Foi muito salutar a sua informação para mim como conhecimento, porque eu não conheço nenhum tipo de política pública. Vim porque talvez tenha e eu não conheço. Por quê? Assim como disse a Sr^a Andréia, dificilmente há uma pessoa que não tenha um amigo próximo, um familiar que já passou por uma situação de risco com as drogas lícitas ou ilícitas. A minha família enfrentou isso há mais de 12 anos, assim como o Leonildo disse muito bem colocado suas palavras, eu não estive na rua lá nessa situação, mas tive familiar. Eu tinha que sair em busca em todos os lugares para que ele não ficasse morando nas ruas envolvido pela droga, então, como disse o nosso Deputado Wilson Santos, realmente essas pessoas não tão boas assim põem uma situação de risco, elas são violentas. Eu já vou concluir minha fala.

Nós necessitamos cuidar dessas pessoas, não é extirpá-las da sociedade. Precisamos de uma política eficaz que atenda a necessidade do povo, porque eu me deparo todos os dias na rua, pareço Madre Tereza, eu tenho que pegar um jovem na rua e ele fala “eu preciso comer”; eu paro horas para conversar, alguém vem, vem um policial “Doutora, está precisando de alguma coisa?”, porque aquele jovem está sujo, está todo deformado, pela fome, pela droga, e nós temos... Meu filho, você pode mudar sua situação... Aí eu me sinto impotente porque eu não conheço para onde encaminhar essa pessoa, trabalho direto com a população, eu não tenho para onde encaminhar essa pessoa, não sei para onde posso mandar ela.

Então, assim como a fala do Dr. Mário Kono, que trabalha, nós trabalhamos juntos, conhecemos essa situação, encaminhamos muitas pessoas para a Defensoria, para outros lugares em que nós tenhamos uma casa... Algo que nem foi colocado aqui por todos, pela Doutora e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

pelo os demais da mesa, não existe um local para onde nós podemos enviar adolescentes e jovens contando com apoio do Estado. Então, precisamos sim de ter essa política, que ela seja eficaz, Deputado Jajah Neves, Deputado Wilson Santos e que esta Casa nos forneça uma política eficaz, nós precisamos, nós temos aqui inúmeros pais de família, jovens que não sabem lidar com essa situação, precisamos aprender a lidar com ela, necessitamos dessa política, é nosso clamor, precisamos disso, Dr^a Rosane, muito bem vinda a sua fala, gostei, para mim foi uma aula, uma lição, assim como do Leonildes e de outros, mas nós precisamos demais debates e precisamos aqui de algo que não fique só no papel nesta Casa, mas que efetivamente venha se concretizar aqui na nossa sociedade. (PALMAS)

OS R. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Sábias palavras, eu acho que ninguém melhor aqui para falar da mesa, a Maysa Souza Persona, ela é Superintendente de Gestão de Programa Serviços Sociais e Assistenciais, neste ato representando o Secretário de Trabalho e Assistente Social Max Russi, e também o Secretário Adjunto José Rodrigues Rocha Júnior que se não tiver uma justificativa muito boa por não estar presente aqui. Ah! Está viajando. Senão já ia torcer... Até porque eu sei do empenho dele também e da participação. Mas eu acho que a senhora pode complementar um pouco aqui, estou olhando mais ou menos as perguntas que tem, eu já vou encaminhando para a nossa mesa, a senhora fique à vontade, Sr^a Maysa.

A SR^a MAYSA SOUZA PERSONA - Boa tarde a todos e todas!

Foram várias falas que me deixaram aqui pensando muito sobre tudo que eu havia trazido para representar a Secretaria e falar um pouco do papel do Estado dentro de todas essas questões que foram pontuadas aqui.

Eu fui muito... Veio muito ao encontro do que nós estávamos avaliando, a fala da Dr^a Rosana e eu admiro muito as pessoas que estão à frente dessa discussão, que toparam construir um grupo que trata a questão da pessoa em situação de rua, que estão enfrentando as limitações todas, mas estão colocando um fórum para funcionar e para discutir isso.

Então, admiro a postura dessas pessoas. Estou vendo as colegas do Centro de Direitos Humanos, nossos colegas aqui da SETAS. É muito importante ver várias pessoas que utilizam o Sistema Único de Assistência Social presentes, dando sua opinião, se posicionando, mostrando qual é a sua postura diante daquilo que se vivencia. Para nós, é muito importante nos depararmos com essas falas. Nós temos muitas dificuldades, às vezes, da participação. Inclusive, a conferência estadual, nacional e as municipais de assistência colocam o usuário no centro, o usuário precisa mostrar aquilo que ele realmente precisa. E nós vivemos um período de desmonte dos direitos, não só da pessoa em situação de rua, mas dos outros públicos e da sociedade em geral. Então, é importante nos posicionarmos, estarmos presentes nesse momento, não só na Assembleia Legislativa, mas nos outros campos, e é de extrema importância esse incentivo.

Eu fui motivada aqui como Estado, inclusive, para dizer da questão da política para pessoa em situação de rua, o Estado não aderiu ainda à política, é muito importante ressaltarmos. Já existe um diálogo, inclusive, tínhamos uma referência com Minas Gerais que é um Estado que tem isso avançado e nós mantivemos esse diálogo para tentar nos direcionarmos para essa adesão. Então já está um caminho, digamos, não todo percorrido, mas pelos menos a metade nós temos já identificado, já estamos em diálogo com o Ministério dos Direitos Humanos para que se acione e direcione com relação à adesão dessa política.

É importante também retomar, Deputado, ao pronunciamento do Dr. Mario Kono, que falou no início e me trouxe uma questão muito importante na questão das políticas continuadas,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

e a política de assistência é muito viva em relação a isso. É muito vivo isso para nós, que somos militantes e que trabalhamos com essa política: a questão da continuidade.

Então, pessoal, não são só letras mortas, não é só lei no papel, são coisas que já estão em execução, E é importante conhecermos e que nós precisamos é melhorar isso. Eu só senti que nós estamos com um monte de desafios que foram colocados aqui e é importante partirmos disso. Porque o desenho - eu posso falar diretamente pela política de assistência, que é aquela que o Estado, a Secretaria que eu trabalho gerencia - já está muito bem elaborado e desenhado, o que nós precisamos é melhorar isso cada vez mais em nível municipal, estadual e federal.

Então, eu quero deixar aqui a minha intenção e dizer que nós temos muitos desafios, como Estado também. Nós estamos com a intenção de apoiar o município naquilo que for necessário.

Era isso que eu gostaria de pontuar. (PALMAS)

(UMA PARTICIPANTE FALA COM A ORADORA - INAUDÍVEL.)

A SR^a MAYSA SOUZA PERSONA - Na verdade, a prática da adesão da política parte de que o Estado e o Município estão executando serviços a favor daquele público. Isso nós já vivenciamos, vocês conhecem as unidades de acolhimento que algumas pessoas falaram - não é a Unidade Terapêutica, que é uma unidade diferenciada de assistência -, as unidades de CREAS, o Centro Pop, que a Dr^a Rosana colocou, que nós temos só dois em Mato Grosso. Então, são práticas que já existem. E já existe uma motivação para que tenhamos uma política efetiva. Isso nós alinhamos com o Ministério, e é um ato político, inclusive, que precisamos demonstrar o interesse e ele não precisa ser específico da SETAS. Nós trabalhamos muito bem com a SEJUD também, para alinharmos isso, mas existe uma motivação, eu acho que a Secretaria tem esse intuito, e eu acho que o tempo é de direcionar a parte burocrática,

A Sr^a Rosana Esteves Monteiro - O Centro Pop não funciona em Cuiabá. Eu gostaria de falar que cabe a nós, controle social, sociedade, fórum, Movimento de População de Situação de Rua, pressionarmos o governo para que ele crie as ações, implemente aquilo que já está previsto. Está previsto no decreto que criou a política nacional o Comitê Intersetorial de Monitoramento da Política, ele fiscaliza, ele avalia, monitora a execução dessa política. E nós não temos esse comitê nem em nível de Estado e nem municipal. Foi nos divulgado pela Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Social no nosso seminário a intenção do Prefeito em publicar um decreto que cria esse comitê no âmbito municipal, isso é uma grande conquista para Cuiabá.

O projeto de lei que está tramitando aqui, Deputado Jajah Neves, cria o Comitê Intersetorial em nível estadual, por isso a importância da publicação dessa lei. Essa lei precisa ser aprovada o quanto antes para fazermos esse controle, a sociedade ir controlando e cobrando essas ações.

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Já solicitei a minha equipe... No momento em que a senhora disse na sua palestra, na sua fala, eu já solicitei a cópia desse projeto e, enquanto Comissão de Direitos Humanos, nós já estamos sentando com a própria Deputada Janaina Riva, também, entendendo tudo isso e vocês já terão uma apresentação nossa na próxima Sessão legislativa, na terça-feira. O que eu falo na Audiência Pública é isso: na próxima terça-feira, teremos a Sessão vespertina e vocês já terão todos os encaminhamentos em plenário que faremos também.

Então, a equipe do nosso gabinete já está imbuída nisso e a Comissão de Direitos Humanos também já está imbuída, e na terça-feira a resposta já vem em plenário na Assembleia Legislativa. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

(O SR. ALONSO FALA DA PLATEIA QUE QUER FAZER O USO DA PALAVRA NOVAMENTE - FORA DO MICROFONE.)

Daqui a pouco, levaremos o microfone para o senhor, Sr. Alonso, deixa eu só seguir aqueles que não tiveram nenhum aparte.

Quero mais uma vez deixar um abraço para o pessoal da Tenda de Abraão, do Barreiro Branco (PALMAS). Quero dizer que farei uma visita para vocês lá, com todo prazer e satisfação, estarei lá com vocês.

Eu gostaria de ouvir o Douglas da Costa, que é psicólogo, por gentileza.

O SR. DOUGLAS DA COSTA - Boa tarde a todos!

Eu sou Douglas, sou psicólogo, atuei no CPAS de Várzea Grande, no Consultório de Rua de Várzea Grande também e atualmente trabalho dentro de uma instituição de iniciativa privada.

Eu quero colocar um posicionamento que acho que é relevante aqui.

A questão de morador de rua é uma situação pública. E sendo uma situação pública, é uma iniciativa que deve partir do Estado. Quando falamos de iniciativa privada atuando, eu acredito que é complementar, porque o SUAS tem uma regulamentação, assim como o SUS tem uma regulamentação também. E dentro das diretrizes do SUAS e do SUS, todo serviço que o Estado não dá conta é contratado um serviço complementar. Então, nós temos que correr atrás é do Estado. É o Estado que tem que se organizar, é o Estado que tem que se responsabilizar por esta questão social, inicialmente. Aquilo que o Estado não der conta, o serviço complementar vem no apoio, a iniciativa privada vem no apoio.

Eu me questiono por que essa preocupação e essa relevância tão grande neste momento atual, neste contexto atual da história de Cuiabá. Será que isso tem alguma relação com os 300 anos de Cuiabá? Será que não estamos pensando na questão do morador de rua em pleno contexto histórico de Cuiabá, visto com uma posição higienista da problemática da rua? Não sei! São perguntas que nós precisamos fazer. Porque pessoas em situação de rua, em Cuiabá, na região do Porto e na região do Centro, têm há muito tempo, não é de agora.

Por que essa preocupação tão intensa e essa tomada de partido até mesmo das comunidades terapêuticas agora? O problema de morador de rua não é das comunidades terapêuticas. Problema de morador de rua é das políticas públicas e da implantação do Centro Pop, que nós perdemos em Cuiabá, que precisaria atuar e efetivar processos de reinserção. Então, eu acredito que, quando se fala de políticas públicas, é relevante, sim, porque políticas públicas promovem planejamento, dar a quem é de direito cuidar, tendo conhecimento de causa daquilo que está fazendo.

E eu acredito que os profissionais da área de Assistência Social, assim como Secretarias, que têm que ser responsabilizados por essa problemática, inicialmente.

Então, não é papel de comunidade terapêutica. Inicialmente, não é papel de comunidade terapêutica. O problema é da Secretaria de Bem Estar Social e de órgãos afins. Acredito que essa é uma visão que precisamos repensar na forma de lidar com a problemática da pessoa na situação de rua. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Agradeço as palavras do Psicólogo Douglas da Costa.

Entendo o seu sentimento e posicionamento. Realmente, o Estado tem que se imbuir, sim, mas o que é o Estado se não é o seu povo ali organizado. Eu acho que no Estado não pode acontecer o inverso. Ele tem que ser conduzido pelas pessoas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Então, se não trouxermos - e falo isto para o cidadão mais comum que possa existir -... Se ele não trazer para si a responsabilidade, o empenho; colocar esse fardo nas costas, lutar, defender e buscar, por exemplo, a responsabilidade, cobrar os Poderes, cobrar quem tem esse direito... Da mesma maneira que colocamos lá, se não agirmos dessa forma trazendo, entendendo que a responsabilidade é nossa como cidadão, como ser social... Porque o Deputado, o Vereador, o Secretário, nada mais são do que cidadãos. Eles não vêm de Marte. Eles não vêm da lua. Eles vêm do convívio social.

Então, eu acho que no Estado Democrático que vivemos e para a coisa acontecer, a responsabilidade é de todos nós. Por isso que este ambiente se torna o maior fórum, a maior representatividade, porque é composto por todos nós. Eu acho que a sociedade - como já dizia Paulo Freire - é onde todos podem caber. Há pouco, também, a Andreia me disse da graduação, da pós-graduação e me remeteu a Paulo Freire, também: que a maior educação é que vem das lutas. Então, eu falo porque assim... Eu já brinco quando falo que sou um Deputado Vereador. Por que eu falo que sou um Deputado Vereador? Porque não é fácil na comunidade. Eu estou lá presente! Eu só me sinto aqui sabe o quê? Eu sinto um alguém que a voz ecoou mais forte por estar onde eu estou, mas o que me faz ser um Deputado atuante não é o fato de eu ser um Deputado. É o fato de eu ser aquele cidadão que tem o seu compromisso e que está tendo uma oportunidade de se posicionar e de cobrar; e de cobrar e de aceitar ser cobrado. Então, acho que a responsabilidade é de todos nós.

Entendo o seu posicionamento, doutor, mas não poderia deixar... Eu já disse que eu não vou muito pelo discurso. As pessoas falam: “Oh, Deputado, mas o senhor no *facebook* desce a lenha no povo que fala.”. Uai, desço! É o meu posicionamento! Não somos donos da verdade, mas, volto a repetir, nós que seguimos os princípios cristãos, acreditamos muito nisso, tocamos para frente e a coisa acontece.

Gostaria de ouvir, agora, o Sr. Wilton Coelho, Secretário Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano de Cuiabá, conhece muito bem a nossa terra, Várzea Grande, e tem *know-how* para falar sobre isso.

Obrigado pela presença Secretário. Fique à vontade.

O SR. WILTON COELHO - Boa tarde, Deputado Jajah Neves; boa tarde a todos.

Cumprimento todos os presentes e parabenizo o Deputado Jajah Neves pela iniciativa de realizar uma Audiência Pública e trazer um tema que está na atualidade sendo discutindo, sendo debatendo.

Cumprimento e parabenizo a Dr^a Rosana pela fala que começou pegando um texto da Bíblia Sagrada, no evangelho de Mateus que diz: “Bem aventurados os que têm sede e fome de justiça.”.

Então, sou servidor público do Município de Cuiabá há 30 anos. Estou Secretário há pouco mais de 3 meses e tenho uma grande responsabilidade, porque temos um grande desafio que é o desafio das pessoas que estão em situação de risco, morando nas ruas da nossa Capital.

Gostaria só de posicionar para vocês - como a Dr^a Rosana adiantou - que o Prefeito assinará quando retornar da viagem que faz aos Estados Unidos um Decreto instituindo um Comitê Intersetorial para a elaboração do Plano Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua. Esse Comitê significa o quê? Que é composto por representantes de várias Secretarias de Educação, de Assistência Social, de Saúde, de Cultura, de Trabalho e Emprego, de Ordem Pública, o Conselho Municipal de Assistência Social. Cada um assinará um Termo de Responsabilidade, porque essa responsabilidade não é somente da Secretaria de Assistência Social. Só a Secretaria de Assistência Social não será capaz de resolver esse problema.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Por isso, já fomos ao Secretário Max, ao Secretário Zé Rodrigues e já estabelecemos alguns indicativos de parcerias que o Estado ajudará o município a reimplantar um Centro POP que foi desativado em 2014 por pressão dos comerciantes do centro de Cuiabá. Hoje, é preciso ter um novo centro de população de rua. Precisa! (PALMAS) Não tem como não ter isso, hoje, na nossa Capital, mas, além disso, só isso não é o suficiente.

Quero parabenizar, também, as comunidades terapêuticas pelo grande trabalho que realizam, Alonso. (PALMAS) Eu sei que por meio do trabalho de vocês vidas têm sido recuperadas. Então, temos que destacar esse trabalho e ele tem que ser apoiado, também, pelos Poder Público Municipal, pelo Poder Público Estadual. Enfim, os nossos governantes precisam despertar para que esses centros, essas comunidades terapêuticas, possam desenvolver seus trabalhos com apoio do Poder Público.

Na Prefeitura Municipal estamos buscando isso. Como disse aqui o Deputado Wilson Santos, quando procuramos, Deputado Jajah Neves, pela cidade um espaço para montar uma casa de retaguarda, para montar um centro POP, sabem qual é a finalidade que estamos querendo, as pessoas dizem: “Não, isso aqui eu não quero em meu bairro.”. Quer dizer, há uma hipocrisia, também, no meio da nossa sociedade, gente.

As pessoas falam em humanização, em cuidar do próximo, Leonildo, você que vivenciou isso, mas quando falamos para o que é... Quer dizer, monta alguma coisa, mas monte bem longe da minha casa. Tem que ser ao extremo da minha casa. Então, as pessoas tem entender isso. Elas têm que sair do discurso e têm que ir à prática. Enquanto Poder Público nós precisamos fazer aquilo que é da nossa obrigação, mas, também, a sociedade tem que conscientizar que deve haver a participação da sociedade.

É isso que está acontecendo aqui, nesta tarde, e quero parabenizar, mais uma vez, o Deputado Jajah Neves. Vamos contar com apoio do senhor aqui, da Deputada Janaina Riva que já está aí com essa lei, não é Dr^a Rosana. Precisamos, realmente, estabelecer políticas públicas voltadas às pessoas que são moradoras de rua. E não só isso, mas tantas outras políticas públicas precisam ser implementadas dentro do nosso Estado, dentro do nosso município.

Então, gente, eu quero dizer que estamos trabalhando. Se Deus quiser, na minha passagem pela Secretaria, como servidor publico há 30 anos no Município de Cuiabá, quero deixar a minha marca como uma pessoa que passou por lá e contribuiu para mudar essa triste realidade que está posta aí. (PALMAS)

Muito obrigado e boa tarde a todos!

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Sabias palavras, Secretário.

Nós vamos adiantando os detalhes e aí mostramos o comprometimento de cada um. Tenho na minha equipe uma pessoa que responsável, que foi coordenador do Centro POP de Cuiabá e que já estará nessa missão. Inclusive, ele está presente aqui. Hoje, ele está secretariando os *slides*, que é o Edilson. Há mais de 10 anos envolvido com isso.

Quero, Edilson, que você prontamente esteja fazendo esse elo do nosso gabinete, da Comissão de Direitos Humanos, auxiliando.

Fica em pé para o pessoal ver você.

Edilson Proença, filho da Professora Jacy Proença, que está incumbido de cuidar, ele já conhece, já coordenou, foi responsável pelo Centro POP de Cuiabá e esse é um compromisso que faço com vocês e com o nosso público.

Faltam só dois inscritos aqui, Sr. Alonso, aí o senhor vai... Eu quero o senhor aqui. O senhor falou bem demais! Se o senhor for embora, eu o amarro no pé da cadeira.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Vamos ouvir agora o Raul Lázaro, do núcleo “Hip-Hop em Ação”.

O SR. RAUL LÁZARO - Boa tarde a todos!

Meu nome é Raul. Vou representar aqui o Fórum. Minha cara.

Hoje estou fazendo sete anos limpo, sete anos que saí da rua. Passei doze anos morando na rua, em situação de rua.

Não quero falar muita coisa, só um poeminha que eu criei e fala assim: “A rua, eu a conheço; o papelão, eu o conheço; o Adauto Botelho, eu o conheço; o Neuropsiquiátrico, eu o conheço; porrada da polícia, eu a conheço; sofrimento, eu o conheço; depressão, eu a conheço; o olhar, a fome, eu conheço”.

Para eu estar do jeito que estou hoje tive que passar por um processo de recuperação muito doloroso para mim. Mas estou aqui. Sobrevivi. Há sete anos fiz a recuperação na rua, não precisei de internação. Hoje estou fazendo sete anos de recuperação.

Então, eu falo para vocês: não desista de você. Por mais que aconteçam dificuldades na sua vida, não desista. Há cinco meses perdi o meu pai, faleceu, e tenho todos os motivos de estar usando droga hoje.

Quero agradecer aos componentes da mesa; ao a todos do Fórum do GT pela oportunidade de estar fazendo parte dessa família.

Eu só sou mais uma estatística que conseguiu sair da rua, de ter uma mão amiga para me puxar, mas ainda tenho vários distúrbios, sejam espirituais ou mentais. Hoje eu consegui entrar para uma faculdade, estou no 7º semestre de jornalismo, graças a essa oportunidade que me deram.

Era isso que eu queria falar. Não desistam! Estamos juntos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Você é uma ótima estatística! Em busca dessas estatísticas que nós temos que trabalhar e prestar o nosso papel, uma estatística que se traduz em exemplo.

Temos aqui a última inscrição e depois queremos ouvir o Sr. Alonso e finalizar com o Leonildo.

Com a palavra, o Sr. Gilson Manegas, Secretário da Federação das Comunidades Terapêuticas do Centro-Oeste.

O SR. GILSON MANEGAS - Quero cumprimentar todos com a paz do Senhor Jesus Cristo. Amém!

Eu gostaria de contribuir citando a importância da Organização do Movimento dos Moradores de Rua ou dos que estão em situação de rua. Seria de suma importância que aqueles que foram moradores de rua ou estiveram em situação de rua pudessem contribuir com esse movimento.

Assim como o Raul citou: “eu sei o cheiro do papelão; eu sei o que é a fome, o que é a depressão”, há exatamente vinte e um anos, não sei se fui morador de rua, não sei se estava em situação de risco, mas sei que dezoito anos da minha vida foi em função da rua. Na rua eu encontrei prazeres.

Hoje eu me deparei com um menino na porta da Assembleia Legislativa, Deputado, que recentemente vivia em situação de rua lá na região da Manga, foi acolhido em uma das instituições, lá viveu por um período, está sendo reinserido para a sociedade, veio tirar a sua Carteira de Identidade e teve que voltar porque a sua foto não era compatível com aquela que estava na imagem dele.

Assim também, em 2015 e 2016, os moradores que não tinham documento, o cidadão que não tinha documento, ele ia para o Sistema de Saúde e não poderia tirar o Cartão do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

SUS. Teve que um Deputado criar a lei para que todo cidadão sem documento tivesse acessibilidade ao Cartão SUS. Isso hoje acontece. Para nós que fomos moradores de rua ou estivemos em situação de rua foi um avanço, porque não vejo muita diferença. A dor é uma só. A dor maior é a maneira como somos tratados no Sistema de Saúde, não só nós, a sociedade num todo, mas hoje, especificamente o morador em situação de rua ou o morador de rua, como você quiser interpretar.

A realidade é que o plano de política para pessoas em situação de rua não é só problema da saúde, da educação, da assistência social, é nosso. Todos nós temos como contribuir, mas é necessário que todos tenham essa sensibilidade da importância da lei, do decreto, do terceiro setor, da igreja, enfim, de todos.

Quero encerrar, Wiltinho, dizendo que Várzea Grande nunca teve e dificilmente terá um Secretário de Assistência Social como você foi lá. Estamos precisando de pessoas lá como você, mas, infelizmente, você está aqui em Cuiabá. Que Cuiabá saiba explorar o seu potencial e valorizar a pessoa que você é. Tenho certeza que juntos podemos fazer pelas pessoas que vivem em situação de rua (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Obrigado pelas palavras, amigo Gilson.

O Sr. Alonso tem uma pergunta para fazer. Por gentileza!

O SR. ALONSO ALCÂNTARA MOURA - Que a paz esteja nesta Casa!

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Glória a Deus!

O SR. ALONSO ALCÂNTARA MOURA - Aquele momento não foi uma fala, foi uma reação, é o que refletiu em mim naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Reaja novamente, porque o senhor realmente fez bonito.

O SR. ALONSO ALCÂNTARA MOURA - E não vai ser bom.

O palestrante da tarde que veio de Curitiba é mato-grossense - ele falou -, mas nós vamos falar um pouco da situação daqui, do CRAS daqui, da Secretaria de Ação Social.

No Governo passado tinha um problema muito grave e fecharam até o Albergue da Estrada de Guia.

Fomos convidados à época pelo, então, Secretário José Rodrigues, que hoje é Subsecretário da SETAS, que assumiu uma posição, e por essa tomada de posição hoje o Albergue da Guia é um exemplo.

Recebemos elogio do Ministério Público, do Alexandre Guedes, pela forma como é tratado o ser humano lá.

A alimentação lá não é ossinho, não é sopa. Lá todo dia nós temos boas alimentações, temos pessoas que devem estar lá no albergue, temos assistentes sociais - um está até dormindo ali - psicóloga também, temos os monitores e cozinheiros. Lá há tratamento com dignidade.

Essa Secretaria de Ação Social procura fazer com qualidade, mas o que eu falei aquela hora é que precisa de recurso, tanto na Secretaria de Ação Social, na Secretaria de Ordem Pública, na Secretaria de Saúde, na saúde mental, mas todas as vezes viemos aqui ficamos brigando. Isso fica bom para os políticos, porque enquanto nos encontrarem defendendo categorias um rasgando a roupa um do outro aqui é a melhor coisa que tem no mundo.

Entenderam? Vão falar: “aquele escandaloso do Alonso esteve lá, soltou a franga, não sei o quê...” Entenderam? Mas não é.

Nós falamos essa língua, Deputado, porque falamos como o povo.

Temos que ter cheiro de povo para falar com o povo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Sei que não vai ser agradável ao senhor o que eu vou lhe perguntar, mas eu vou falar mais adiante.

Existe o PRODEIC - não precisa cassar dinheiro por aí, já existe o PRODEIC – em que todas as indústrias têm que ceder parte do orçamento para ações sociais.

Esse PRODEIC não repassa nada para ninguém, porque não tem ninguém de ação social que recebe um centavo de uma indústria. O Governo tem que cobrar isso.

Agora o que mais vai te encucar, eu vou fazer uma pergunta aqui, é por que o senhor votou contra as ações sociais do produtor rural ontem?

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Eu trago comigo um *slogan* de Deputado do Povo, de referências, e eu jamais daria um voto contra a sociedade, contra o povo que aqui eu represento.

Ontem nós discutimos e debatemos as questões, e o senhor acompanhou, o Deputado Sebastião Rezende colocava dentro do projeto esse percentual, essa contribuição e o meu posicionamento foi único, plausível e aceitável, porém, no momento que nós estamos com os produtores de algodão, e vamos citar um exemplo, se hoje os estudantes da rede estadual estão com os seus uniformes, foi porque vieram da AMPA-Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão, de forma que puderam receber os uniformes, e atenderam todo o segmento, toda rede pública do Estado de Mato Grosso e contribuíram...

A emenda que o Deputado Sebastião Rezende gostaria de colocar seria para o auxílio específico às casas de apoio, de amparos, seria nesse sentido.

O que eu, Deputado Jajah Neves, votei... O que eu, Deputado Jajah Neves, disse? A propositura do Deputado estava no momento inadequada.

Nós estávamos com um setor, não sei se vocês sabem, mas a AMPA produz hoje 53% do algodão produzido no Brasil, a AMPA não, os produtores de algodão no Estado de Mato Grosso, é bom explicarmos, e eu fiquei foi feliz com a sua pergunta porque eu tenho como explicar e me justificar, que eu falei: o homem que nada teme, toca para frente.

O que eles estavam vivendo? Uma empresa que se vocês conhecerem, o Instituto de Algodão Social, vocês vão ficar... Quem me dera se todas as entidades desenvolvessem um trabalho como eles desenvolvem - o senhor deve conhecer -, eu conheço, estive *in loco*.

Sabe o que estava acontecendo, senhor Alonso? Esses produtores de algodão não estavam conseguindo vender algodão no Estado de Mato Grosso simplesmente por mera burocracia.

A emenda é plausível e pode ser colocada, pode ser provocada em qualquer momento. Agora o que nós não poderíamos permitir é que celeiro do berço algodoeiro, que é o Estado de Mato Grosso, que lá atrás, imagem na época de Dante de Oliveira, quem era o Estado de Mato Grosso com o algodão? Mas após Dante de Oliveira com políticas públicas realmente estadistas fez este Estado produzir 53% do algodão.

Não sei se vocês sabem, mas 50% do algodão que é produzido no Estado de Mato Grosso já atende em algodão o Brasil inteiro, mas 50% tem que exportar - só o que é produzido no Estado de Mato Grosso.

Mato Grosso hoje produz algodão suficiente para o Brasil inteiro, 50% só o Estado de Mato Grosso, e 50% tem que ser exportado.

Eu não sei se o senhor conhece, Sr. Alonso, o Projeto Japuira.

Alguém aqui conhece?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Falarei para vocês, que vem de dentro da visão da AMPA. Estou falando porque o senhor fala, o senhor tem aquele sentimento: “Poxa vida, os Deputados votaram contra!” Nunca na vida. O que eu votei foi para que o setor não parasse.

O Projeto Japuira desenvolve um projeto tão lindo, um projeto social maravilhoso, há mais de dez anos, que precisa trazer para cá.

O que precisamos neste Estado de Mato Grosso que não existe? Um Estado rico, produtivo, campeão de soja, de algodão, campeão de carne, campeão de tudo e campeão de miséria.

O que é isso? Porque destoa desse jeito?

Porque somos bons em produzir, mas precisamos industrializar. A produção não gera emprego, se não gera emprego não gera renda, se não gera renda não gera o que, gente? Não gera qualidade de vida, ambientalização social.

Esses produtores, o senhor sabe, por apenas um entrave de trinta dias não colocaram sua documentação, perdia a venda, o nosso algodão estava parado aqui enquanto os outros produtores vendiam seu algodão.

O que eu disse ao Deputado que respeito muito, Deputado Sebastião Rezende, primeiramente pela fé que professa e acho que um homem que serve a Deus, serve o que é certo e é o único caminho da verdade e da salvação, não tem outra, é o grande escudo que trago na minha vida, cheguei nele falei: Sebastião Rezende, temos que defender, e não é só aqui não, vamos pegar, colocar a AMPA para ajudar os hospitais filantrópicos... Olhem o que vivemos aqui! Todos os setores.

Agora o que eu não posso é causar uma picuinha naquele momento, atravessar um projeto e parar uma situação, porque eu tenho que entender o lado do produtor também, do projeto que ele desenvolve e a contribuição social que ele tem e, primeiramente, pegou uma das entidades que tem a maior contribuição social dentro desse Estado.

O Projeto Japuira, se vocês forem a Caruaru, para o Nordeste, vocês conhecerão e lá, para vocês terem uma ideia, não planta algodão. Isso que eu falo que é ter uma política diferenciada, lá não tem algodão, produzimos 53% aqui.

Vocês sabem o valor agregado desse algodão? Darei só um exemplo para vocês. O algodão que o nosso produtor vende aqui a seis reais, com o valor agregado vai a trinta lá.

O que é valor agregado? É você remanufaturar aqui, você industrializar aqui, você fazer do algodão um tecido.

No Projeto Japuira tem família que tem uma máquina de costura dentro de casa e a renda per capita dessa família sabem de quanto é? Pasmem! Doze mil reais. Sabem por quê? Porque a máquina não para, trabalha seis horas por dia, quatro integrantes da família, cada um faz um renda de três mil com tecelagem.

Tem um espaço lá, um grande mercado. Fazemos o algodão aqui, por que não temos esse mercadão aqui? Lá nem água chega, tem um estacionamento para dois mil carros. No dia de feira deles lá, que nem água tem no sertão, passam 150 mil pessoas comprando.

É isso que precisamos trazer para cá.

Eu digo que sou um Deputado genuinamente da Baixada Cuiabana, o povo fala Vale do Rio Cuiabá, é tudo Baixada Cuiabana, e se nós não trouxermos um olhar nosso, voltado para cá, para industrializar, daqui a pouco vão levar para o nortão a industrialização também. Um, dois, três peões cuidam de dez mil cabeças de gado... Não gera emprego, tem que gerar emprego, tem que industrializar aqui, gerar emprego, renda aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

Então, eu não poderia permitir naquele momento, Sr. Alonso, que esses produtores que desenvolvem tanto projetos sociais maravilhosos como esse, que levam uniformes para todos os estudantes deste Estado, com contribuição social, fossem separados ali por uma picuinha.

Agora, tanto eu, quanto o Deputado Sebastião Rezende e qualquer parlamentar tem autonomia, poder de exercitar dentro do Parlamento, pegar o projeto e discutir, mas no momento apropriado, não chegar lá e colocar projeto, “vai e se vira para lá, vocês que são produtores...”, jamais! Para fechar minha fala aqui: eu vou votar um projeto contra povo, contra o cidadão, sobre aquele que mais precisa de políticas públicas e justiça social? Eu, realmente, jamais na minha vida vou pleitear um cargo público, estar no lugar errado, porque se eu estou aqui, foi com esse discurso, é com essa fala: nem de elite eu gosto. O povo é de fato mais verdadeiro, sabe aquele povo que mais precisa?

Então, espero que o senhor tenha entendido meu posicionamento e estou pronto para discutir e trazer a AMPA ,e não só AMPA, os barões do agronegócio e quem quer que seja.

De vez em quando, levar essas políticas...

O SR. ALONSO ALCÂNTARA MOURA - “Pela Ordem, Deputado”, assim que fala no Plenário.

Aqui fica chique, é chique falar “pela Ordem”, eu vou ler o que o Vossa Excelência chamou de picuinha, que Vossa Excelência não iria votar em picuinha: Fica alterado o inciso I do artigo 2...

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Não! Gerar picuinha, só para entender...

O SR. ALONSO ALCÂNTARA MOURA - Aí é que está:

“O produtor rural deverá implementar para promoção social e apoiar os projetos de promoções socais que são todos nós aqui, entendeu, por entidade representante do produtor rural, e outra entidade que desenvolva projeto social voltada ao tratamento também de dependente químico, como comunidade terapêutica, filantrópica sem fins lucrativos, é o que essas senhoras estão correndo atrás, para adquirir recursos para fazer esses tratamentos, para cuidar dessas pessoas. Desde que os projetos sociais venham atender as comunidades consideradas de baixa renda.”

Então, eu agradeço por receber o convite de Vossa Excelência aqui nesta Casa, mas nós estamos indo embora porque nós não somos picuinha.

(A PLATEIA SE LEVANTA E SE RETIRA DO AUDITÓRIO - PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Eu acredito que o senhor tenha entendido a nossa situação e eu não poderia gerar essa questão, mas agradeço pela fala do senhor. E gostaria, Sr. Leonildo, que fizesse a sua fala encerrando, por gentileza.

O SR. LEONILDO JOSÉ MEDEIROS - Em primeiro lugar, quero já finalizando, agradecer este momento de debate num espaço tão importante de uma Casa que é do povo; agradeço a Defensoria Pública, a Rosana e o Fórum, que foi constituído à população de rua do Estado e ao Secretário. Secretário, na questão dessa manifestação dessa sociedade que não quer o sujeito, o Conselho Nacional de Direitos Humanos criou uma Comissão de Direitos da População em Situação de Rua. Semana que vem estaremos reunidos em Brasília para aprovar uma missão para Cuiabá. Uma missão de visita, o Conselho Nacional de Direitos Humanos vai oficializar, o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Poder Público, seja municipal, estadual, e a Seguranças Pública.

Nós queremos saber quais são medidas que estão tomando quando uma pessoa vai lá na imprensa e fala que vai atear fogo em uma casa e a casa é incendiada. Nós vamos investigar. Se tem um abaixo-assinado contra a população de rua, nós tivemos no Ministério Público e vamos pedir para o Ministério Público esse abaixo assinado e vamos fazer como foi feito em São Paulo, como foi

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

feito em Curitiba, em Minas Gerais, entrar com uma ação. Se tiverem nesse abaixo-assinado palavras explícitas de preconceito, tem que responder por que não querem esse sujeito lá naquele bairro (PALMAS).

É o nosso dever! Como cidadão, como Conselheiro, eu não posso vir em uma Audiência Pública dessas, eu não posso ir lá na rua e ouvir várias denúncias sem fazer um relatório para o Centro Nacional de Direitos Humanos, e o conselho virá. Disso os senhores podem ter certeza.

Nós queremos somar com o Município de Cuiabá, com a Secretaria de Assistência Social. É o Estado criar essa política. Não é porque o Governo Federal é bonzinho, mas nós já tínhamos conseguido muito recursos para política de assistência. O Centro Pop nós escrevemos... A gratificação, nós ajudamos também a escrever; essa política que está lá; esse Comitê Nacional com nove ministérios. Nós não somos formados, não temos estudo, não. Eu saí da rua e a minha formação no dia a dia, junto com o povo, me fez estar aqui, hoje, com a população de rua.

Falamos de números, números, mas sabemos que são vidas que estão nas ruas, mas infelizmente com o poder público, você trata de números.

Temos quatrocentas pessoas na rua, nós vamos arrumar uma forma de tentar tirar pelo menos um pouco dessas pessoas com política pública mesmo.

Eu fico feliz, saindo daqui, sabendo que o Município vai criar essa política.

Sobre a violência e as violações, e aí tem muito, eu não sei aqui, mas em Curitiba tem muita gente jogando soda cáustica, ou traz outra violência, queimando, ateando fogo nas pessoas em situação de rua, nós trabalhamos muito com a Segurança Pública do Estado do Paraná, para investigar em cima mesmo. Essas situações, nós vamos acompanhar aqui em Cuiabá ou no Estado e nós vamos para cima da Secretaria de Segurança Pública. Tem que ser investigado.

Já estamos fazendo isso em cima do Ministério Público. Que pena que o Ministério Público não está nesta mesa. É o papel dele é estar aqui ouvindo para executar, porque nós estamos dentro de uma Comissão, dentro do Conselho Nacional do Ministério Público e criou-se uma Comissão da população de rua e nós estamos lá dentro.

A Defensoria Pública da União abriu uma normativa para que a população de rua seja atendida.

Tem muita gente, Deputado, na rua, que tem FGTS para receber. A Caixa não queria, não quer pagar para o “cara” porque o “cara” está na rua. Tem muita gente trabalhadora e isso nós estamos conseguindo agora, judicializar, para o sujeito retirar o seu direito.

E aí eu quero falar do Projeto de Lei do Deputado Nilto Tatto, na Câmara dos Deputados, já passou por duas Comissões para virar esse Decreto 7.053, da Política Nacional para a População de Rua virar lei.

Para finalizar, atuamos muito com a Comissão de Direitos Humanos do Paraná, lá tem um trabalhador chamado João Rosa, que assessora o Secretário dessa Comissão de Direitos Humanos, e esse sujeito está sempre junto conosco participando nas construções e para nós é muito importante, reforçando o convite do Fórum aqui de Cuiabá, de Mato Grosso, da população de rua, essa participação da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado a todos e todas! E voltamos amanhã para Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Eu que agradeço, Leonildo, a sua presença.

Quero dizer a vocês e aos nossos telespectadores da *TV Assembleia* que a função de ser representante do povo, de legislar, exige muita responsabilidade. Eu, por exemplo, quando fui

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

líder estudantil, eu que presidi o grêmio da minha escola da 5ª série ao 3º ano de forma consecutiva... E no Município de Várzea Grande não tinha o Sindicato dos Estudantes, eu sou o fundador do sindicato lá, porque era a ACES-Associação Cuiabana que vendia a carteirinha lá.

Quando eu era estudante, eu queria apenas uma coisa: o passe livre, a escola de qualidade, eu tinha uma visão tabulada para os estudantes. Mas, eu representava aquele segmento, aquela classe.

O político quando assume uma responsabilidade legislativa de contextos sociais, ele tem que ver de forma macro, ele tem que entender todos os setores, porque senão ele não pode legislar, senão ele não pode representar a sociedade como um todo, fica alguém tabulado.

Eu respeito todas as classes e todos os segmentos, mas agora há pouco uma coisa que foi muito discutida e todo mundo concordou com o Jajah e com o que foi dito: o que precisa, de fato? Dinheiro, Jajah, para concretizar os trabalhos sociais, assistenciais, as políticas públicas, tem que ter dinheiro. E como se faz o dinheiro? É plantando uma sementinha? Planta lá um pé de dinheiro e faz o dinheiro? Não. O dinheiro é você fazer um estado rico. E como se faz um estado rico? Tem que produzir, gerar emprego e gerar renda.

Nunca na minha vida, eu deixarei que o meu estado perca os seus produtos e as suas vendas. Nunca na minha vida, deixarei que o nosso dinheiro pare de girar dentro do Estado... Que gere emprego, gere renda e arrecadação para este Estado para que esse dinheiro possa, de forma séria, ser aplicado.

Então, nessa questão, ontem, ontem não, foi anteontem, na Assembleia Legislativa, me chamou muita a atenção, porque entendo e respeito o posicionamento, porque é das comunidades terapêuticas... Então, eu tenho a visão aqui e quero resolver o problema.

Gente, é de suma importância, o trabalho que eles desenvolvem é excepcional. Agora uma coisa não quer dizer a outra, Wiltinho, você que já foi legislador sabe muito bem. A Emenda estava sendo apresentada naquele momento num Projeto que já estava em 2ª discussão, aprovado em 1ª discussão, e todo um segmento produtivo esperando com seu produto trancado para vender e perdendo a venda do Estado. Eu vou condenar isso?

Na próxima Sessão, na terça-feira, eles já resolveram, porque se você coloca uma Emenda no projeto tem que voltar à Comissão para apreciação das Comissões. Você não poderia aprovar mais o projeto. O produtor já estava lascado, sem vender, sem arrecadar, sem gerar renda, não iria resolver o problema. Na terça-feira, na próxima Sessão, pode colocar. E esse foi o meu posicionamento, e vai continuar sendo, porque eu resolvi um problema sem abandonar o outro.

Agora, eu não faço discurso fácil. Eu não estou aqui para isso. O homem quando sabe das suas ações, dos seus motivos e das suas razões não teme as consequências. Então, quero parabenizar, respeito o segmento, respeito a classe que exerce um trabalho excepcional, próximo das pessoas. O Poder público ainda está muito distante, tinha que tomar aula com as entidades sociais, filantrópicas e representativas da sociedade, que fazem um trabalho excepcional. Eu falo isso com um aperto no coração. Eu falo isso como político... Olha que graça. Eu sou político por vocação, mas eu sou político por profissão, porque é a minha formação. Eu sou analista político, eu sou gestor. Eu alisei o banco da faculdade estudando política e administração pública. Essa foi a minha vida. Então, eu olho para a minha profissão e falo: meu Deus do Céu, como as coisas têm que ser diferentes.

E aí contradiz também o que eu falei ao próprio psicólogo que estava aqui. O problema é do Estado? Verdade. O problema é do Estado, mas o que somos aqui? Nós somos o Estado. Da mesma forma que não pode pegar um cidadão que está na rua... Então, tem que criar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2017, ÀS 14H.

condições. Vamos criar bolsões? Não! Vou extirpá-lo. Como veio uma senhora do lado e ... Quero ver ... Tira de lá. O filho não é meu. O problema não é meu... O problema é nosso, meu amigo, ou entra no foguete e vai para a lua.

Eu vivo num Brasil, num Estado, onde os problemas e as facilidades são todas reais na minha vida, implícitas na minha vida: dificuldades e facilidades. Então, era essa a minha fala.

Quero agradecer profundamente a cada um de vocês que vieram, porque o tema social é muito forte. O tema social, sociedade, organização dos povos, cada um na sua diferença, na sua individualidade, somos todos iguais.

Ontem eu estive lá na Associação Mato-Grossense dos Cegos, com o Presidente Alex, e eles falaram para mim: “Jajah, nós não enxergamos.” Eu falei: Meu Deus, como não!

O maior e o melhor de todos os olhos são os olhos do coração. É esse que enxerga. Eu fico “absurdado” quando falam: deficiente. Não, tira o “d”, é eficiência! Com todas as dificuldades, cada um dá um show, um exemplo de vida.

Quero agradecer primeiramente a Deus por me dar a oportunidade de propiciar esse momento em favor do meu Estado e daqueles que mais precisam. E quero dizer a vocês que eu não escrevo no peito, numa camisetinha que eu sempre ando “Deputado do Povo” para desonrar isso, não. Eu venho de uma família... Eu sou filho de uma professora que lecionou por 25 anos e sou filho de um alcoólatra. Meu pai saía segunda-feira para comprar arroz e voltava na sexta-feira! Meu pai era um trabalhador, um mecânico. Perdi o meu pai, que com 60 anos de idade apresentava ter 90 anos, para a bebida! Era um homem trabalhador, decente, honesto... E quantas vezes estava lá, na rua! Sumia e a minha mãe ficava... Professora pública, coitada! Só Deus sabe como foi para criar cinco filhos. Um faleceu pequeno, mas criou quatro, sempre em escola pública.

Então, essa realidade... Eu não falo do que eu estou vendo lá fora, eu falo do que eu vivi. E mesmo assim, essa mulher lecionou em três períodos durante vinte anos e, quando não lecionava nos três períodos, foi fazer suas graduações, se tornar advogada e educou todos os filhos, graças a Deus como homens de bem. Com 17 anos, eu perdi meu pai, mas eu não perdi as minhas referências e a minha raiz, que veio de povo, que veio de gente. Então, quando eu falo que a educação é o único caminho, é o único caminho, é a educação. Deus é o caminho, a verdade e a salvação, mas para o nosso povo e a nossa gente, é a educação que vai transformar e mudar a realidade de todos nós.

Quero agradecer a cada um de vocês e dizer que enquanto eu aqui estiver como Deputado, vocês não verão um Deputado com discurso fácil. É muito bom você ir ao encontro, isso ou aquilo, e sair pela tangente, não. Eu tenho um propósito de vida e quero escrever uma história. Então, muito obrigado a cada um de vocês!

Eu gostaria de convidar a todos para que fiquem em pé para podermos cantar o Hino do Estado de Mato Grosso.

(O HINO DO ESTADO DE MATO GROSSO É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (JAJAH NEVES) - Agradeço a presença de todos, os que nos acompanharam pela *TV Assembleia* ao vivo, e declaro encerrada esta Audiência Pública.

Obrigado a todos e fiquem com Deus! (PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO
SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE
2017, ÀS 14H.

- Tânia Maria Pita Rocha;
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Nerissa Noujain Salomão Santos;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Cristina Maria Costa e Silva.
- Revisão:
- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.